UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de Museologia, Conservação e Restauro

Curso de Bacharelado em Museologia

Trabalho de Conclusão de Curso

Políticas Públicas de Incentivo à Cultura e os Museus Comunitários: O Caso do Programa Pontos de Memória

Mariana Boujadi Mariano da Silva

Pelotas, 2015

Mariana Boujadi Mariano da Silva

Políticas Públicas de Incentivo à Cultura e os Museus Comunitários: O Caso do Programa Pontos de Memória

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Profª Drª Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

Pelotas, 2015

Mariana Boujadi Mariano da Silva

Políticas Públicas de Incentivo à Cultura e os Museus Comunitários: O caso do Programa Pontos de Memória

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do grau de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas.

Data de defesa: 02 de julho de 2015

Banca examinadora:

_____

Prof. Drª. Marian Letícia Mazzucchi Ferreira (orientador)
Universidade Federal de Pelotas

_____

Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro
Universidade Federal de Pelotas

Dedico este trabalho de conclusão de curso ao meu noivo Carlos por seu companheirismo.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à muitas pessoas. Muitas me inspiraram, muitas me apoiaram e muitas releram este trabalho mais vezes que eu em busca de erros e correções que poderiam ser feitas.

À toda a minha família.

Aos meus pais queridos pais, Beatriz e Dalmo que sempre tiveram orgulho de mim.

À minha madrinha e avó Carmen que faleceu enquanto eu escrevia esse trabalho.

À minha delicada e querida avó Elizabeth, que sempre me incentivou.

Um agradecimento especial ao meu irmão Daniel Boujadi que sempre acreditou em mim e me ajudou no possível e no impossível.

Ao meu tio Ivã A. Mariano da Silva, que tornou possível minha permanência em Pelotas.

Agradeço à minha família emprestada, minha sogra Maria de Fátima, meu sogro Carlos por acreditarem sempre.

Aos meus professores de graduação, especialmente à minha querida orientadora Maria Letícia M. Ferreira que me escolheu para ser sua bolsista de Iniciação Científica e orientanda no Trabalho de Conclusão de Curso.

À adorável professora Carla Gastaud e suas excelentes aulas.

Ao querido professor Diego Ribeiro, que durante a graduação me ensinou o que realmente é museologia e teoria museológica e aceitou o convite para ser minha banca.

A todos os entrevistados durante este trabalho que foram fundamentais para esta pesquisa e que sempre tiveram muita paciência e foram sempre muito atenciosos.

Agradeço, ainda, aos meus amigos todos.

Especialmente as minhas melhores amigas Danyela de C. Oliveira, que conversou comigo praticamente todas as noites e que sempre me ajudou e Gleicy Aparecida Alves dos Santos que mesmo em outro estado partilhou comigo todo esse processo.

À minha queridíssima amiga Renata Castro que me ajudou em tudo, me dando forças quando eu estava sem, me estimulando a escrever, conversando comigo todos os dias, comendo gordisses comigo, e que além de tudo isso, ainda leu esse trabalho muitas e muitas vezes.

Á minha amiga e parceira de faculdade, Letícia C. Casanova, que literalmente compartilhou todos os momentos desta jornada comigo e tornou esse período todo muito mais divertido.

A todos aqueles os que tornaram este momento possível, direta e indiretamente, mas

que não tem os nomes aqui citados.

E é impossível não agradecer ao amor da minha vida, Carlos Augusto Alencar Neto, que faz da minha vida muito feliz, tendo lido e relido este trabalho infinitas vezes, revisando erros gramaticais, estimulando e inspirando todas as linhas do trabalho e que me ensinou, como filósofo que é, a pensar criticamente sempre. Isso foi fundamental na minha graduação, fundamental no meu TCC e é fundamental na minha vida. Obrigada por tudo.

SILVA, Mariana Boujadi Mariano da. **Políticas Públicas de incentivo à Cultura e os Museus Comunitários: O caso do Programa Pontos de Memória** – Pelotas/RS. 2015. 88f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Bacharelado em Museologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

Resumo

Esta monografia apresenta uma análise do Programa Pontos de Memória através do estudo dos doze Pontos de Memória precursores do Programa. O objetivo principal do trabalho foi compreender e avaliar a eficácia do Programa em incentivar e apoiar projetos de museus comunitários. Para tanto foi utilizada a análise de discursos que possibilita entender as intenções não verbalizadas nas entrevistas, notícias, editais e demais documentos utilizados como embasamento para o presente estudo. Entende-se que o Programa Pontos de Memória tem sido a principal ferramenta do Ministério da Cultura para o reconhecimento de espaços de memória sociomuseológicos, dessa forma observou-se as questões relativas ao protagonismo e envolvimento comunitário na criação e manutenção destes espaços, a longevidade dos Pontos de Memória e dos projetos por eles desenvolvidos.

Palavras-chave: políticas públicas; programa pontos de memória; museus comunitários.

SILVA, Mariana Boujadi Mariano da. **Cultural Public Polices and community museums: the case of Pontos de Memória Program** – Pelotas/RS. 2015. 88f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Bacharelado em Museologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

Abstract

This paper presents an analysis of *Pontos de Memória* Program through the study of the initial twelve *Pontos de Memória*. The main objective of this work was to understand and evaluate the effectiveness of the program to encourage and support community museums projects. For this, we used the analysis of discourses, that enables understanding the intentions of unspoken interviews, news, notices and other documents used as support for this study. It is understood that the *Pontos de Memória* Program has been the main tool of the brazilian Ministry of Cuture for recognizing sociomuseologic spaces. Thus there are issues relating to leadership and community involvement in the creation and maintenance of these spaces, the longevity of *Pontos de Memória* and the projects they developed.

Keywords: public politics; pontos de memória program; community museums

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa de Territórios do Pronasci. 39
Figura 2: Mapa da Localização dos 12 Pontos de Memória Iniciais 40
Figura 3: Blog memória estrutural. 44
Figura 4: Abaixo-assinado do Sítio Cercado. 45
Figura 5: Blog Conexões de Saberes- Território do Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro 48
Figura 6: Página Atual e oficial do Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro.48
Figura 7: Site do Museu de Favela..... 51
Figura 8: Página do Ponto de Memória Taquaril..... 52
Figura 9: Localização do Bairro de Montene (Terra Firme) 54
Figura 10: Página Ponto de Memória Terra Firme 56
Figura 11: Blog do Ponto de Memória Grande Bom Jardim.....58
Figura 12: Página no Facebook do Ponto de Memória Grande Bom Jardim. 58
Figura 13: Blog do Ponto de Memória da Grande São Pedro. 59
Figura 14: Imagem do Folder da Exposição Brasilândia suas Vilas e Jardins. 63
Figura 15: Blog do Museu Mangue do Coque (Ponto de Memória do Coque 64
Figura 16: Perfil do Museu Mangue do Coque(Ponto de Memória do Coque).... 65
Figura 17: Blog Museu de Cultura Periférica. 67
Figura 18: Mapa dos Pontos de Memória que se denominam museus comunitários.. 68
Figura 19: Gráfico 1: Iniciativa Comunitária nos 12 Pontos de Memória 68
Figura 20: Gráfico 2: Pontos de Memória que se denominam museus comunitários69

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABC	Agência brasileira de cooperação
ANCINE	Agência Nacional do Cinema,
CDVHS	Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza
CFC	Conselho Federal de Cultura
CODEPLAN	Companhia de Planejamento.
DEMU	Departamento de Museus e Casas de Cultura
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FCP	Fundação Cultural Palmares
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
FUNARTE	Fundação Nacional das Artes
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCE	Instituto Nacional do Cinema Educativo
INL	Instituto Nacional do Livro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAPEDUH/ UFPR	Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica
MCLP	Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro
MinC	Ministério da Cultura
MJ	Ministério da Justiça
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
MRE	Ministério das relações exteriores
MUF	Museu de Favela
MUPE	Museu de Periferia
NEMIFA	Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis: Amor Liberdade – Compaixão
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
PAC	Programa de Aceleração e Crescimento
PM	Ponto de Memória
PME	Ponto de Memória da Estrutural
PMGBJ	Ponto de Memória Grande Bom Jardim

PMGSP	Ponto de Memória da Grande São Pedro
PMTF	Ponto de Memória Terra Firme
PPM	Programa Pontos de Memória
PRODOC	Documento de Projeto
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança com Cidadania
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

Introdução 13

1. Os Museus Comunitários, Políticas Públicas Culturais e o Programa Pontos de Memória 18

1.1 "Nova Museologia", Museologia Social e Museus Comunitários 18

1.2 As Comunidades e os Museus Comunitários 21
1.3 Políticas Públicas de Incentivo Cultural 27
1.4 O Programa Pontos de Memória 31
2. Os Pontos de Memória 37

2.1 Os Doze Pontos de Memória Iniciais 37
2.1.1 Comunidade do Estrutural em Brasília: 43
2.1.2 Comunidade do Sítio Cercado 44
2.1.3 Comunidade da Lomba do Pinheiro 47
2.1.4 Comunidades do Pavão-Pavãozinho-Cantagalo 49
2.1.5 Comunidade do Taquaril 51
2.1.6 Comunidade de Terra Firme 53
2.1.7 Comunidade Grande Bom Jardim 57
2.1.8 Ponto de Memória da Grande São Pedro 59
2.1.9 Ponto de Memória do Beiru 60
2.1.10 Ponto de Memória da Brasilândia 61
2.1.11Comunidade do Coque 64
2.1.12 Comunidade de Jacintinho 66
2.2 Pontos de Memória e Museus Comunitários 67
3. Considerações Finais 73

Referências Bibliograficas 75

Apêndices 83

Introdução

O presente trabalho busca realizar uma análise crítica acerca do Programa Pontos de Memória através do estudo dos doze Pontos de Memória iniciais para compreender sua relação empírica com os museus comunitários.

Implantado em 2009, segundo o site do Instituto Brasileiro de Museus, o Programa Pontos de Memória do Ministério da Cultura e Instituto Brasileiro de Museus em parceria com Projeto de Cooperação Técnica Internacional da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, tem como objetivo apoiar e incentivar ações de reconhecimento e valorização da memória social através de uma metodologia dialógica e participativa, trabalhando a memória de forma viva de acordo com interesses do grupo comunitário, possui um conceito que se aproxima muito daqueles relacionados à museologia social. O PPM em sua fase inicial (2009-2011) experienciou a inserção do Programa em doze comunidades, escolhidas não por acaso, mas por fazerem parte de um outro programa social do Governo Federal em parceria com o Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Foram estas as comunidades Comunidade de Terra Firme, em Belém- PA; Comunidade do Taquaril, Belo Horizonte- MG; Comunidade da Estrutural, Brasília- DF; Comunidade do Sítio Cercado- Curitiba- PR; Comunidade Grande Bom Jardim, Fortaleza- CE; Comunidade do Jacintinho, Maceió- AL; Comunidade da Lomba do Pinheiro, Porto Alegre- RS; Comunidade do Coque, Recife- PE; Comunidades do Pavão-Pavãozinho-Cantagalo, Rio de Janeiro- RJ; Comunidade da Brasilândia, São Paulo- SP; Comunidade do Beiru, Salvador- BA e Comunidade do São Pedro, Vitória- ES.

Através da observação desses doze espaços, e mais especificamente dos que dentre eles autodenominam-se museus comunitários, procurou-se compreender se o PPM consegue realmente incentivar e auxiliar a manutenção de projetos de museus comunitários e quais ferramentas disponibiliza para isto. Para tanto, adotou-se neste trabalho os seguintes critérios: o alcance e influência que estes espaços exercem nas comunidades em que se inserem; as ações desenvolvidas e o conhecimento da população local sobre elas e sobre os próprios Pontos de Memória; a longevidade destes espaços; a facilidade em contatá-los e receber informações acerca dos espaços. Além disso, objetivou-se compreender se estes espaços perdem ou não sua essência orgânica, ou seja, sua natureza de transformação e processo contínuo intrínseca ao conceito de museu comunitário: “ferramenta de desenvolvimento, construída através dos desejos da

comunidade, com a participação e envolvimento de todos os participantes em todos os processos do museu, representativo, que provoque uma mudança no espaço em que se situa e na própria imagem que a comunidade constrói de si, melhorando sua autoestima e seu reconhecimento, um espaço em constante transformação para sempre se manter vivo e representativo" [1], quando inseridos em programas de incentivo cultural. Outros aspectos importantes que compõe esse estudo, incluem questões relacionadas a própria sustentabilidade institucional desses espaços, buscando pensar se a estratégia de financiamento, adotada pelo Programa, ou seja, a premiação desses espaços de memória com valores fixos de 30.000 reais é realmente interessante para a manutenção e incentivo de museus comunitários, primeiramente buscando observar se esse valor consegue oferecer uma base para o desenvolvimento financeiro sustentável desses espaços, e principalmente compreender se este é o melhor caminho para a valorização desses Pontos de Memória em seu diferencial, se os Pontos de Memórias, que se denomina museu comunitário, deveriam ou não desenvolverem-se financeiramente através de recursos captados através da própria comunidade, como sugere Varine (p. 9 e 10, 2005).

Através do referencial bibliográfico no qual esse trabalho debruçou-se, bem como dos estudos de caso observados durante todo esse processo, compreende-se que determinadas imposições museológicas essencialmente teóricas podem possibilitar uma degradação do conceito de museu comunitário e promover o desmantelar desses espaços, seja no sentido literal, com a interrupção de projetos, seja num sentido mais simbólico, referindo-se a uma distorção hierárquica do espaço. Houve também o interesse em compreender como funcionou o processo de incentivo do PPM para a criação dos Pontos de Memória estudados.

As questões que justificam a escolha do tema surgiram através da motivação pessoal para a produção desta monografia, quando no período de pesquisa e elaboração projeto de iniciação científica "Museus Comunitários e sua efetiva implantação no contexto brasileiro e sul-rio-grandense", realizado com incentivo do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) sob orientação da Prof. Dra. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira durante o período de 2012 a 2014, observou-se dois pontos cruciais para que o tema fosse estudado com mais atenção. O primeiro é uma questão social: o PPM trata-se de uma iniciativa recente, que se utiliza de recursos

[1] Este conceito, aqui citado, é um dentre muitos dos encontrados. Ele foi adotado para este estudo por se tratar de um conceito elaborado através das ideias presentes e conciliadas nos pensamentos de diversos autores do tema. Ele será estudado e aprofundado amplamente durante o primeiro capítulo deste trabalho.

públicos, e justifica sua existência por ser uma ferramenta voltada para auxiliar o desenvolvimento e manutenção de espaços de memória sociais e ser consequentemente um primeiro passo do Governo Federal para o reconhecimento oficial desses espaços. E o segundo, uma questão acadêmica: a escassez bibliográfica acerca do tema, que apesar de pouco estudado, demonstra ser uma ação de profundo interesse tanto da área da museologia e memória social como da área de políticas públicas.

Para responder todas as dúvidas acerca do tema optou-se por adotar uma metodologia realizada a partir da análise de discurso. Ela diferencia-se da análise de conteúdo por compreender e buscar o desvelar das regras de formação do discurso e do acesso às condições de existência que lhe dá sentido, tornando possível o entendimento das condições de possibilidade de um dado discurso (GONDIM; FISHER, 2009, p. 12). Preocupa-se em mostrar o que está escrito além do conteúdo, ou seja, suas formas e consequências, verificando principalmente as entrelinhas que desnudam as intenções não verbalizadas, mas inseridas na prática discursiva. (EITERER, 2008, p. 4)

A opção pela análise de discurso vem a partir da necessidade de uma observação aprofundada e detalhada de todos os documentos. Para que não houvesse apenas uma análise superficial e ingênua do que é discutido, mas para que a crítica fosse o norteador de todo o trabalho teórico e prático desta monografia

Dessa forma buscou-se estudar profundamente todos os documentos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) relacionados diretamente com o Programa Pontos de Memória, além de uma bibliografia que pudesse embasar teoricamente os conceitos trabalhados no decorrer do projeto, como sociomuseologia (ou museologia social), museus comunitários, comunidade, incentivo à cultura, entre outros. Poder-se-á observar essa questão metodológica durante todos os dois capítulos que compõe esse trabalho monográfico.

O estudo realizou-se através de uma análise dos doze Pontos de Memória iniciais, contemplados pelo edital em sua fase inicial, de 2008 a 2011. Optou-se por esta seleção dos primeiros Pontos de Memória na expectativa de obter-se uma verdadeira identificação da influência do programa nesses espaços durante o prazo mais longo possível de se analisar, dados os anos de existência do programa, bem como trabalhar os conceitos que compõem o tema-chave do trabalho para justificar a escolha do estudo específico dos museus comunitários e não de outros espaços de memória sociomuseológicos, e por compreender que o Programa Pontos de Memória talvez não consiga alcançar de fato os museus comunitários, que possuem uma característica de eterno processo, através das

exigências de uma série de requisitos para serem contemplados por um edital estático através da avaliação de indivíduos academicamente capacitados, porém externos a comunidade.

Mais especificamente, o primeiro capítulo, denominado "Os Museus Comunitários e suas Particularidades Conceituais" subdividido em 4 partes trabalha um breve histórico da trajetória da Nova Museologia e Sociomuseologia e busca expor os conceitos e particularidades dos museus comunitários através de diversos autores, levando em conta principalmente as ideias de Judite Primo, J. Claudio de Oliveira, Loireiro, Tereza Morales Lersh, C.Camarena Ocampo, Marília Xavier Cury, Hugue de Varine, Bruno Brulon Soares, Maria Tereza Scheiner (entre outros) possibilitando uma visão abrangente do tema. Para tanto conta-se com bibliografias de apoio emprestadas de outras áreas, como a sociologia, para que haja um estudo sobre o próprio conceito de comunidade, através da análise bibliográfica de autores como A. D Mocelin e Robert Putnan. Ainda no primeiro há a subdivisão que trata dos temas das "Políticas Públicas de Incentivo à Cultura e o Programa Pontos de Memória", trabalhando o significado e as possibilidades de se fazer e avaliar a eficácia de Políticas Públicas, através das obras de diversos autores, nacionais como Eloisa de Mattos Hofling e Hercílio B S Junior dos estrangeiros Windhoff-Héritier, Harold Laswell e J. Gobert. Além disso, se contextualizou o surgimento e abarcou um breve histórico das políticas públicas culturais no Brasil a partir do final do período da ditadura com o auxílio bibliográfico de Julia Calabre e dos sites oficiais do Ministério da Cultura e do Instituto Brasileiro de Museus, e de forma mais aprofundada o próprio projeto do Programa Pontos de Memória, tendo como base de estudos o PRODOC (Documento de Projeto) do referido Programa e os editais de diversas edições.

O segundo capítulo do trabalho, denominado "Os Pontos de Memória", trata especificamente dos doze Pontos de Memória iniciais bem como a recepção do PPM em cada um dos que se autodenominam museus comunitários, estudando como cada um deles se encontra atualmente, em 2015, passados entre quatro e sete anos da premiação dos primeiros Pontos de Memória em doze comunidades brasileiras localizadas nos Territórios de Paz do PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania)[2]. Para a fundamentação deste capítulo, expõe-se a análise de todo tipo de material bibliográfico de que se tem conhecimento atualmente, desde as entrevistas

[2] Detalhes da parceria entre MINC, IBRAM e MJ serão discutidos nos capítulos 1 e 2 deste trabalho.

realizadas com membros dos Pontos de Memória e ativistas comunitários, a análise de páginas, blogs e websites desses espaços de memória até notícias de jornais ou do próprio IBRAM que tratem sobre cada um deles. Para tanto, no ponto 2.1 tem-se uma visão abrangente e um histórico de cada Ponto de Memória de forma mais ampla e no ponto 2.2 traz-se estudos de caso daqueles que especificamente se autodenominam museus comunitários dentre os doze Pontos de Memória iniciais.

1. Os Museus Comunitários, Políticas Públicas Culturais e o Programa Pontos de Memória

Este capítulo trata sobre os museus comunitários e suas particularidades, contextualizando brevemente seu surgimento a partir da visão de diversos autores e realizando uma coletânea de ideias a respeito do próprio significado e conceito de comunidade e museu comunitário. Foi realizado um estudo conceitual para que fosse possível trabalhar o tema de museus comunitários de uma forma lógica, pois considera-se que existem diferentes visões e denominações sobre eles.

Ainda nesta sessão, trabalha-se também, a função das políticas públicas na sociedade, sobretudo na área da cultura.

Compreende-se que o foco do trabalho se refere ao Programa Pontos de Memória, assim foi estudada a implantação do Programa, seus objetivos, ambições, a reserva de recursos financeiros e o relacionará com o conceito de museus comunitários trabalhado ao longo deste primeiro capítulo.

1.1 "Nova Museologia", Museologia Social e Museus Comunitários

Ao se falar em museus comunitários, é necessário que se compreenda o histórico que antecedeu o surgimento desse conceito na segunda metade do século XX, com o advento da Nova Museologia e a transformação do ternário proposto por Zbynek Zbyslav Stransky, "Homem, objeto e museu", na qual há a representação do homem através de um objeto situado num cenário, o museu, para outro ternário surgido a partir de novas demandas, sendo constituído por "Sociedade, patrimônio e território" dando um sentido mais amplo e buscando estreitar relações com o público. (CURY, 2008, p. 272).

Para Cassina, historicamente a "Nova Museologia Latino Americana" surgiu de um contexto que se iniciou na década de 1960 e culminou em novas noções de Patrimônio. Em 1972 o ICOM, *International Council of Museums*, organizou a Mesa Redonda de Santiago, no Chile, onde se sugeriu que os museus se envolvessem mais com as

comunidades, transformando seu papel em um "solucionador de problemas" junto à comunidade. A partir destas ideias surgiu o conceito de Museu Integral[3]. Posteriormente, em 1984, surge a Declaração de Quebec, no Canadá, onde consta que seria papel dos museus auxiliar no desenvolvimento comunitário, não o de funcionar apenas como um preservador de objetos antigos. Houve também a Declaração de Oaxtepec, no México, também em 1984 que buscou demonstrar uma associação insolúvel entre território-patrimônio-comunidade. E foi na Declaração de Caracas de 1992, na Venezuela, que se clamou por uma responsabilidade social dos museus, que deveriam refletir os interesses da comunidade. (CASSINA, 2010, p.26, tradução nossa)[4]

Esta corrente museológica não foi algo que ocorreu abruptamente, pois a Nova Museologia é fruto de um longo processo que se iniciou na década de 1970, e que continua sendo construindo até a contemporaneidade. Porém, o que é unanime nos mais diversos autores que trabalham suas mais diversas vertentes, é que seu objetivo inicial é uma transformação do papel do museu em um agente de mobilização social, através da participação mais ativa da sociedade gerando uma comunicação dialógica, refletindo seus interesses, levando ao autoconhecimento de seu passado, presente e possibilitando ações transformadoras.

> Peter Van Mensch (2003, pp. 7-8) define a "Nova Museologia" como uma nova abordagem metodológica que teria emergido nos anos 1970, baseada em uma reversão hierárquica, que resultaria na ênfase no papel social do patrimônio. Para o autor, essa nova abordagem se apoiaria em novas práticas e novos conceitos, entre os quais o de "museologia de comunidade", que se apresenta como oposta à velha museologia praticada nos "museus tradicionais", que privilegiariam a coleção em detrimento do público. (LOUREIRO, 2012, p.207)

Para Primo (1999, p.23) as principais diferenças entre o museu tradicional e o museu comunitário poderiam ser analisadas através do seguinte quadro:

---

[3] Mesa-Redonda de Santiago do Chile, ICOM, 1972. Os Princípios de Base do Museu Integral "consideraram que a tomada de consciência pelos museus, da situação atual, e das diferentes soluções que se podem vislumbrar para melhorá-la, é uma condição essencial para sua integração na vida da sociedade. Desta maneira, consideraram que os museus podem e devem desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade" (Primo 1999, 95- 104).

[4] Original em inglês: The "Latin New museology" was the outcome of a specific context that started in the 1960s (de Varine 1996); being a product of the "Second Museum Revolution"(1970s), it provided new perceptions of heritage, such as "common heritage". In 1972 ICOM organized the Santiago Round Table, which advocated for museums to engage with the communities they serve, assigning them a role of "problem solvers" within the community. These ideas lead to the concept of the Integral Museum. The Quebec Declaration in 1984 declared that a museum‟s aim should be ommunity development and not only "the preservation of past civilisations‟ material artefacts" [...] Oaxtepec Declaration that claimed for the relationship between territory-heretage-community to be indissoluble [...]i n 1992, the Caracas Declaration argued for the museum to "take the responsibility as a social manager reflecting the community‟s interests"(Primo 1999; 66, 69 e 71). (CASSINA, 2010, p. 26)

Museologia Tradicional	Nova Museologia
• Edifícios	• Território
• Coleções	• Patrimônio
• Público Determinado	• Comunidade Participativa
• Função Educadora	• Museu entendido como ato pedagógico para o ecodesenvolvimento

Quadro 1. Nova Museologia

Fonte: Primo, 1999, p. 23

Há, nesse quadro de Judite Primo, os principais pontos que são considerados marcos na mudança do pensamento museológico, esse novo paradigma. Não são apenas trocas de termos técnicos, mas alterações ideológicas, abrangendo de forma mais ampla o entendimento do *o que, onde, para quem/com quem, como e porquê* dos museus.

A função do museu passa a ser entendida além do armazenamento e conservação de objetos, ou seja, como um agente de desenvolvimento comunitário, exercendo um papel decisivo na educação da comunidade e exercendo sua função social. A museologia propõe que a comunidade possa ser capacitada para gerir suas instituições culturais e que o museu assuma a responsabilidade como gestor social, refletindo os interesses da comunidade e comprometendo-se com a realidade a fim de transformá-la (PRIMO, 1999, p.11, 14 e15).

Esse novo paradigma traria uma democratização cultural e não teria um modelo único a ser alcançado, mas poderia se dar de diferentes formas, por exemplo, ecomuseus e museus comunitários

> Apesar de uma aproximação filosófica muito grande, há diferenciações entre o eco-museu e o museu comunitário. O primeiro tem um envolvimento extensivo com o território e procura a preservação paisagística e histórica, com ou sem a comunidade originária. Ao contrário, o museu comunitário verifica, em primeiro plano, uma história hodierna da comunidade que ocupa o território, buscando as raízes do passado e os laços e produções culturais para a preservação do patrimônio e atividades que possam perpetuar o fazer artístico, a história cultural e as produções econômicas (OLIVEIRA, 2007).

Por vezes transformações e reflexões acerca do tema trazem consigo uma espécie de juízo de valor, em que há uma concepção de museus melhores (“novos museus”) e museus piores (“museus tradicionais”). Dessa forma, é interessante ter-se em mente que estes novos conceitos “não constituem, contudo, uma negação dos museus existentes, nem mesmo pretendem uma mudança teórico-operatória que constitua uma ruptura epistemológica fundamental com a museologia” (CONSTÂNCIA, 1993, p.64), e que não há um mérito ou demérito *a priori* do museu por ser um museu do tipo mais tradicional, um museu comunitário ou um ecomuseu.

Apesar de haver uma intensa discussão na atualidade sobre o termo a ser adotado quando se trata desse novo paradigma da museologia, se Nova Museologia, Museologia Crítica, Sociomuseologia, entre outros e, considerando, como Alice Duarte, que “a expressão Nova Museologia remete para um conjunto muito alargado de questões e problemáticas que permanecem centrais para a ambicionada renovação museológica contemporânea” (p. 115, 2013), este trabalho traça um estudo relacionando o museu comunitário com o Programa Pontos de Memória, que, por sua vez, adota o termo Sociomuseologia para designar o enquadramento de experiências museológicas não-usuais, como museus de comunidade e museus comunitários. Dessa forma, para manter a coerência argumentativa, alinhar-se-á todo o conceito de museu comunitário adotado nesse trabalho com o conceito de Sociomuseologia, utilizado por Mario Moutinho, que afirma que durante a década de 1990 a Nova Museologia evolui e deu lugar à Museologia Social ou Sociomuseologia, buscando adaptar o novo paradigma às necessidades da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da humanidade e igualdade de oportunidades (MOUTINHO, 2007, p3), traduzindo parte do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea e proporcionaria, assim, a abertura do museu ao meio e a sua relação orgânica com o contexto social que lhe dá vida (MOUTINHO, 2007, p.5).

1.2 As Comunidades e os Museus Comunitários

A partir deste ponto do capítulo, o estudo se concentrará em um dos conceitos-chave do trabalho, os museus comunitários. Apenas com este estudo conceitual será possível relacionar a efetiva experiência de implantação dos Pontos de Memória iniciais que se denominam museus comunitários ante o Programa Pontos de Memória do Governo

Federal em parceria com a Organização dos Estados Ibero Americanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI) nos próximos capítulos.

Para compreender melhor essa proposta de um museu que "verifica em primeiro plano, uma história hodierna da comunidade que ocupa o território" (OLIVEIRA, 2007, p.2) parece fundamental trabalhar-se o próprio conceito de comunidade. Etimologicamente a palavra comunidade tem origem no termo latim *communĭtas*, e se refere à qualidade daquilo que é comum, aquilo que formaria um conjunto. O dicionário Aurélio define comunidade como um "conceito da sociologia que significa o agrupamento social que se caracteriza por acentuada coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos que o constituem" (FERREIRA, A. B. H . 2003, p.357).

Pode-se aferir, então, que uma comunidade é um agrupamento que possui características comuns e que se reconhecem espontaneamente pertencentes ao grupo. Porém, buscar-se-á compreender como seria o papel social de uma comunidade, recorreu-se à sociologia, na qual se tem que o conceito de comunidade cívica de Robert Putnam, que se caracteriza por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração (PUTNAM, 1993, apud GOHN, 2004, p. 23).

Gohn (2004, p.24) faz um comentário pertinente, relacionando a comunidade ao território que ocupa. O território seria o espaço onde se encontram as instituições importantes no cotidiano da população: escolas, postos de saúde e, é possível aferir museus. Eles criam laços e consolidam o poder local, que não existe *a priori*, mas que é adensado através do respeito às culturas e diversidades locais, através de hábitos democráticos derivados de relações horizontais, espírito de reciprocidade e cooperação.

Outro ponto interessante quanto a uma comunidade, é seu caráter de continuidade. Para Bartle " (U) uma comunidade, de um modo geral, já existia antes dos seus atuais membros terem sequer nascido, e provavelmente continuará a existir mesmo depois dos seus atuais membros terem desaparecido" (BARTLE, 2011, p. 31), ou seja, muitas vezes o que caracteriza a existência e continuidade de uma comunidade está relacionado, por exemplo, com suas tradições e costumes, que são transmitidos através das gerações.

Nesse sentido, Mocelin (2011) expressa a existência de três espécies de comunidades: A primeira seria a comunidade de sangue que se encontra regularmente ligada às relações e participações *comunis*, quer dizer, onde o que a une é a relação interpessoal e comunitária dos próprios membros; a segunda, seria a comunidade de lugar, na qual as relações vinculam-se ao solo ao local que se encontrar; a terceira, a comunidade

de espírito, na qual os vínculos relacionais existem primariamente devido ao compartilhamento dos lugares sagrados e das divindades honradas. As três espécies de comunidade estão estritamente ligadas no espaço e no tempo, e, em consequência, em cada um de seus fenômenos particulares e seu desenvolvimento, como na cultura humana geral e sua história (MOCELLIM, 2011, p. 110 e 111).

Mocellim complementa, realçando o lado emocional da existência de uma comunidade, que

> As relações caracterizadas como comunidade têm sua continuidade no tempo. O espaço também é importante na caracterização da comunidade, pois esta é localizada e envolve vínculos de proximidade espacial, tanto quanto de proximidade emocional (MOCELLIN, 2011, p.106).

Dessa forma, tem-se, numa conciliação dos conceitos analisados, que a comunidade é um grupo que assim se auto reconhece através de características e vínculos de proximidades em comum, na qual há uma relação de continuidade de culturas e tradições, situadas em um espaço que também é importante, pois é nele que se estabelece o poder comunitário e se pode realizar diversas atividades de importância regional, contanto que se respeite suas especificidades.

Como comentado, a Sociomuseologia não estabelece regras sobre as formas do fazer museológico, mas há, quando o assunto é museu comunitário, uma série de características que são contempladas por diferentes pesquisadores do assunto.

Há uma comunhão de ideias que pressupõe que no museu comunitário, haveria um estreitamento entre o museu e a comunidade, ele passaria a ser um partícipe vivo, onde os projetos e ações museológicas buscam valorizar o patrimônio cultural e a memória social coletiva, e esse museu seria uma ferramenta, ou até mesmo um canal, para proporcionar um desenvolvimento local.

> Desta maneira, o caráter social dos bens patrimoniais como histórias familiares e personalidades, reforça os laços comunitários com a própria comunidade que vai definindo suas próprias políticas de gestão cultural e desenvolvimento locais, em relação ao gerenciamento de recursos culturais, naturais, patrimoniais e turísticos. (CORTÉS, 2001, p.10, tradução nossa)[5]

[5] Do original Do original “De esta manera, el carácter social de los bienes patrimoniales con historias familiares y personales, refuerza los lazos comunitarios y el cómo la propia comunidad va definiendo sus propias políticas de gestión cultural y de desarrollo local, en relación con el manejo de los recursos culturales, naturales, patrimoniales y turísticos. (CORTÉS, 2001, p.10).

Através dessa fala é possível notar que a participação ativa da comunidade como criadores e gestores de suas próprias políticas culturais é fundamental para o gerenciamento dos recursos locais. Vaz (2012, p.7) comenta que nesse sentido o museu comunitário é um espaço onde se pode reorganizar o patrimônio transformando-se em um centro de gestão cultural, e dessa forma um dinamizador do entorno comunitário, fomentando os diálogos e trocas intelectuais.

Ou seja, o museu comunitário é analisado como um espaço ativo e de instigamento intelectual e Carvalho (1999, p.5), por sua vez, afirma sobre os museus comunitários e didático-comunitários que são "uma tentativa de superar as barreiras até hoje existentes, em nossos países, entre comunidade e técnicos", concluindo que os museus comunitários e didático-comunitários seriam necessários para romper as barreiras dos museus tradicionais que são geralmente feitos para a sociedade dominante.

Para Lersh e Ocampo

> O (o) museu comunitário é uma ferramenta para que a comunidade construa um auto-conhecimento coletivo. Cada pessoa que participa selecionando os temas a estudar, capacitando-se, realizando uma entrevista ou sendo entrevistado, reunindo objetos, tomando fotografias, fazendo desenhos, está conhecendo mais a si mesmo e ao mesmo tempo está conhecendo a comunidade à qual pertence. Está elaborando uma interpretação coletiva de sua realidade e de sua história. (LERSH; OCAMPO, 2004)

Novamente é notória a noção de que o museu comunitário é essa ferramenta de desenvolvimento, comentado por diversos autores que trabalham este conceito, e ainda ressalta a participação da comunidade em todos os processos do museu e de quão fundamental seria essa participação para o autoconhecimento individual como pertencente ao todo da comunidade.

Para Vaz, em um museu comunitário, as coleções não proveriam de despojos, mas de atos de vontade, uma vez que por surgir da iniciativa da comunidade defenderia e exporia a realidade local. Seria um espaço onde os membros da comunidade, a partir destas doações, criariam seu próprio espaço de memória, contribuindo assim para controlarem seus futuros através do conhecimento do seu passado, sendo um instrumento para sua transformação e desenvolvimento social. (VAZ, 2012, p. 5)

Assim, o museu comunitário seria um espaço aberto para a subjetividade de cada membro da comunidade, trazendo sua leitura de mundo, um espaço para discussões e abordagens de temas próprios da comunidade.

No museu comunitário, teoricamente, não haveria diretores, haveria representantes comunitários que seriam democraticamente eleitos, e atuariam em gestões democráticas e cooperativas. Não haveria uma hierarquia, mas uma planificação de poderes. Os membros da comunidade participariam de todos os processos museológicos: aquisição, processamento e extroversão (MONTEIRO, 2012, sn). O acervo seria doado e selecionado pela própria comunidade e seria exposto através do seu olhar, e assim o museu poderia ser um agente de preservação e comunicação da realidade da comunidade, e não imposto ou sugerido por alguém externo a ela.

> O funcionamento do museu comunitário, que pode participar do movimento mais amplo dos museus de sociedade, é mais diretamente ligado ao grupo social, cultural, profissional ou territorial que ele apresenta, (...) ele pode repousar unicamente sobre a iniciativa local e basear-se na lógica das doações(...) As questões que ele debate referem-se diretamente ao funcionamento e à identidade dessa comunidade. (DESVALLES, MAIRESSE, 2013, p. 90)

Através dos pensamentos de alguns autores comentados, como Cortês, observa-se como funciona a captação de recursos nestes espaços: são os próprios membros da comunidade que definem suas próprias políticas de gestão cultural e desenvolvimento local, em relação aos recursos locais, sejam eles patrimoniais, culturais, naturais ou turísticos (2001), e acrescendo esse pensamento de Hughes De Varine, que afirma que

> A organização do museu comunitário deve de qualquer maneira repousar sobre métodos de gestão completamente diferentes dos museus oficiais. Esses últimos recebem meios financeiros mais ou menos satisfatórios da parte dos poderes públicos, obtêm complementos dos recursos de mecenas, sponsors, amigos, produzem suas próprias receitas por atividades comerciais cada vez mais desenvolvidas (especialmente direitos de entrada, publicações, restauração, butique, manifestações de apoio). Os museus comunitários, por seu caráter de processo, devem nascer e sobreviver dos recursos da comunidade, essencialmente não-monetários. (VARINE, 2005, p. 9 e 10)

Esse é um ponto relevante sobre os recursos necessários para desenvolver e manter um museu comunitário[6]. Há, nesse sentido, duas possibilidades: a primeira sendo recursos provenientes de incentivos governamentais, externos à comunidade, e por esta característica não necessariamente valorizam os museus comunitários e suas estruturas trabalhando-as individualmente. Além disso, por serem externos, podem também intervir na autonomia de gestão dos museus comunitários. E a segunda: recursos internos à comunidade, essencialmente não-monetários, com os quais a comunidade gerenciará e valorizará seus diferenciais e potenciais. Na prática, ambos os casos parecem de complicada execução, no primeiro caso por, possivelmente, prejudicar o discurso conceitual do museu comunitário, no segundo por ser de difícil existência fora da teoria.

A teoria do museu comunitário carrega consigo uma enorme beleza poética, quase como um ideal museológico que deve ser alcançado. Porém, o museu comunitário da forma como comentado pelos autores citados, torna-se, muitas vezes, apenas um exercício acadêmico. Isto ocorre porque existe uma discrepância muito grande entre a teoria e a prática desse tipo de museu, seja no que diz respeito ao gerenciamento financeiro, seja no que diz respeito ao gerenciamento do patrimônio, e o espaço deixa de ser comunitário acontecendo o explicitado por Brulon Soares e Scheiner, quando dizem que, na maioria dos casos os museus comunitários passam por pelo menos uma das seguintes situações: a institucionalização, a compartimentação ou se autoconsomem (2009, p.3). Ao se institucionalizarem assemelham-se mais com os museus tradicionais, isso ocorre, quando por exemplo, lideranças assumem o papel norteador da ação em nome da comunidade. A compartimentação ocorre quando há um discurso destoante da ação, na teoria o museu comunitário diz-se de uma maneira e age diferente do seu discurso. Ao se autoconsumir, o museu esgota suas propostas em votações e assembleias e paralisam a ação, fagocitando o interesse pelo patrimônio através do projeto político.

Grande parte da motivação desse trabalho surgiu a partir dessa questão; uma ponderação que reflete sobre a colaboração do Programa Pontos de Memória para que o museu comunitário se aproxime de seu exercício teórico ou se distancie dele, assemelhando-se, ainda mais, das situações comentadas por Soares e Scheiner.

---

[6] Ferramenta de desenvolvimento, construída através dos desejos da comunidade, com a participação e envolvimento de todos os participantes em todos os processos do museu, representativo, que provoque uma mudança no espaço em que se situa e na própria imagem que a comunidade constrói de si, melhorando sua autoestima e seu reconhecimento, um espaço em constante transformação para sempre se manter vivo e representativo.

É interessante que haja uma iniciativa do IPHAN/ DEMU /IBRAM[7] e de outros órgãos públicos para o reconhecimento de iniciativas sociomuseais. Porém, pincipalmente se tratando de museus comunitários, quando este reconhecimento vem acompanhado de uma série de requisitos que julgam sua aproximação ou distanciamento da sociomuseologia através de análises realizadas por avaliadores externos a comunidade, iniciativas de criação dos espaços e de seus projetos partindo de iniciativas externas a comunidade e de recursos para executá-los provenientes de órgãos externos à comunidade, pode tornar os processos museais repletos de intervenções externas em todos os níveis, quando deveriam ser mais orgânicos, participativos, comunitários e internos.

A partir dessa discussão teórica, no subitem capitular seguinte, um estudo será realizado sobre o que são políticas públicas, seu histórico no Brasil e, principalmente, uma análise do Programa Pontos de Memória.

1.3 Políticas Públicas de Incentivo Cultural

Para Souza (2006, p. 23) não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Segundo o autor, Mead (1995) a define como o governo à luz de grandes questões públicas, Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos, Peters (1986 política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos e Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer. (SOUZA, 2006, p. 23)

Para Laswell as análises sobre as políticas públicas implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz, introduzindo, assim a expressão *policy analysis* (análise de política pública) em 1936. (SOUZA, 2006, p. 35)

De uma forma geral, o contexto histórico do surgimento da discussão acerca da política cultural como uma ação global e organizada, para Eduardo Nivón Bolán (2006, p. 54)[8] é algo que surge no período pós-guerra, na década de 1950. Antes, o que se observava eram relações, tensas ou não, entre o campo do político e o da cultura e da

[7] IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; DEMU: Departamento de Museus e casas de cultura; IBRAM: Instituto Brasileiro de Museus

[8] Do original: "Ahora bien, la verdadera novedad de nuestro tiempo (es decir, de este período de modernidade surgido a partir de la segunda guerra mundial) es la percepción de la política cultural como una globalidad, es decir, como una conceppción que articula lãs aciones aisladas que ya, desde hace años, se aplicaban a distintos sectores culturales." (BOLÁN. 2006.54)

arte em geral. A institucionalização da política cultural é uma característica dos tempos atuais (CALABRE, 2007, p.1).

"Um marco internacional na institucionalização do campo da cultura foi o da criação, em 1959, do Ministério de Assuntos Culturais da França, promovendo ações que se tornaram referência para diversos países ocidentais" (CALABRE, 2007, p.2).

No Brasil, apesar de haver um longo histórico de políticas públicas culturais datadas desde o governo Vargas, como a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), do Instituto Nacional do Livro (INL) em 1937, do primeiro Conselho Nacional de Cultura, do Ministério da Educação e Cultura em 1938, do Conselho Federal de Cultura (CFC) em 1966, o Plano de Ação Cultural (PAC) em 1974 e do Conselho Nacional de Cinema, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) em 1978[9]. O presente trabalho tratará apenas do cenário mais recente, para contextualizar historicamente o surgimento do Programa Pontos de Memória, sem estender essa seção do trabalho demasiadamente.

Alguns marcos importantes no que diz respeito a políticas públicas culturais, tem relação com a Lei Sarney (Lei n° 7.505, de 02 de junho de 1986,) que até 1990 permitiu abater do Imposto de Renda doações, patrocínios e investimentos em cultura. Esta importância diz respeito ao traçar o principal modo como o investimento em cultura seria feito a partir de então, ou seja, com os subsídios fiscais para empresas que contribuíssem com a difusão cultural.

Em 1991 durante a gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso, cujo Ministro da Cultura foi Francisco Weffort, que prosseguiu este tipo de investimento externo em cultura, na qual houve uma alteração na Lei Sarney e a promulgação da Lei n° 8.313, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura, conhecida como Lei Rouanet (RUBIN, 2008), que passou a injetar novos recursos financeiros no setor através do mecanismo de renúncia fiscal. Esses investimentos privados em cultura cresceram exponencialmente, de 1,6 bilhão em 1996 a 16 bilhões em 2001 (Arruda, 2003, sn). O que resulta desse tipo de ação são leis de incentivo assumem o lugar das políticas estatais (CASTELLO, 2002) e o setor privado toma o papel do Estado no protagonismo de ações para o desenvolvimento cultural.

[9] Para um histórico mais completo da trajetória das políticas culturais no Brasil sugere-se a leitura de CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas, III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/ UFBA. Salvador, Bahia. 2007.

Houve, nos primeiros anos do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e do ministro Gilberto Gil (2003-2008), uma série de mudanças estratégicas e estruturais na forma de se fazer política cultural no Brasil, com a criação de secretarias e autarquias vinculadas ao Ministério da Cultura.

O texto oficial encontrado no site do MinC, diz que, desde 2003 o Ministério busca desenvolver políticas de fomento e incentivo nas áreas de letras, artes, folclore e nas diversas formas de expressão da cultura nacional, bem como preservar o patrimônio

Essas mudanças foram graduais, bem como as criações dos órgãos vinculados ao MinC. Em 2012 foi criada uma nova estrutura regimental do Ministério da Cultura, com a instituição do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012, Ministério possui três órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado que são: o Gabinete, a Secretaria-Executiva e a Consultoria Jurídica. A estrutura é formada ainda por seis secretarias. São elas: Secretaria de Políticas Culturais, Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, Secretaria do Audiovisual, Secretaria de Economia Criativa, Secretaria de Articulação Institucional e Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura. Além disso, também é composto por sete entidades vinculadas, sendo três autarquias e quatro fundações que abrangem campos de atuação determinados. São elas: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Agência Nacional do Cinema (ANCINE), Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Cultural Palmares (FCP), Fundação Nacional das Artes (FUNARTE) e Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

Dessas, interessa principalmente para o presente estudo o Instituto Brasileiro de Museus, criado em janeiro 2009 pelo então presidente Lula, com a assinatura da Lei nº 11.906. A nova autarquia vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) sucedeu o IPHAN nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais (IBRAM, 2009, sn).

Foi nesse cenário de programas e projetos culturais e de fomento a cultura, que surgiu em 2008, o projeto do Programa Pontos de Memória e os primeiros passos para sua implementação.

No texto oficial do site do IBRAM consta a seguinte afirmativa a respeito da criação do PPM:

> O Ibram acredita que o direito à memória precisa ser conquistado, mantido e exercido como direito de cidadania, como direito que precisa ser democratizado e comunicado entre os diferentes grupos sociais

> existentes no Brasil. É por esse direito e luta que está desenvolvendo o Projeto Pontos de Memória – resultado de parceria com o Programa Mais Cultura e, agora, com a Secretaria de Cidadania Cultural, do Ministério da Cultura, o Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci, do Ministério da Justiça, e a Organização dos Estados Ibero-americanos (IBRAM, 2010, sn).

Porém, antes do propriamente estudar o Programa Pontos de Memória, é fundamental compreender como funciona a avaliação de políticas públicas para que se possa observar, nos próximos momentos do trabalho, a situação dos Pontos de Memória que se denominam museus comunitários.

Para Höfling (2001, p.29) a análise e avaliação de políticas implementadas por um governo deve considerar fatores de diferentes naturezas e determinações que devem sempre estar referidos a um contorno de Estado no interior do qual eles se movimentam, assim, as políticas públicas são entendidas como o "Estado em ação" (GOBERT, MULLER, 1987) é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade, no caso deste estudo, a cultura.(HÖFLING, 2001, p.30 e 31)

Dessa forma, visando à explanação das leis e princípios próprios das políticas específicas, a *policy analysis* pretende observar a inter-relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos de política com o arcabouço dos questionamentos 'tradicionais' da ciência política (WINDHOFF-HÉRITIER, 1987, p. 7).

Acerca destes questionamentos tradicionais, Frey (2000, p.213) afirma que, costuma-se, nas avaliações de políticas públicas, leva-los em conta juntamente com outros dois pontos de abordagens. São eles: o questionamento clássico da ciência política: o que é um bom governo e qual é o melhor Estado para garantir a felicidade e segurança da sociedade. O questionamento político, que se refere à análise das forças políticas cruciais no processo decisório. E a própria analise de resultados que um dado sistema político vem produzindo, pois estas são as chaves para a resolução de problemas sociais. (FREY, 2000, p.213)

E assim torna-se a observar a própria denominação de análise de política pública proposta por Laswell, compreendendo o "ganha o quê, por quê e que diferença faz".

1.4 O Programa Pontos de Memória

O Programa Pontos de Memória é uma parceria de diversos órgãos culturais e programas: o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MinC), Programa Mais Cultura e Cultura Viva, do Ministério da Cultura, o PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) e a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

Sobre cada um deles, tem-se que o Programa Mais Cultura, segundo o site oficial, representa o reconhecimento da cultura como necessidade básica, direito de todos os brasileiros e incorpora a cultura como vetor importante para o desenvolvimento do país, incluindo-a na agenda social – com status de política estratégica de Estado para atuar na redução da pobreza e desigualdade social. (Ministério da Cultura, 2014, sn). O Programa Cultura Viva é um promotor de estímulo às iniciativas culturais da sociedade civil já existentes, por meio da consecução de convênios celebrados após a realização de chamada pública, criando assim os Pontos de Cultura e os Pontões de Cultura (Ministério da Cultura, 2012, sn). O PRONASCI, tem a finalidade de articular ações de segurança pública para a prevenção, o controle e a repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas da violência. (Ministério da Justiça, sa, sn). A OEI é um órgão internacional para a cooperação entre os países ibero-americanos nas áreas da educação, ciência, tecnologia e cultura no contexto do desenvolvimento integral, da democracia e da integração regional. (Organização dos Estados Ibero-americanos para educação, a Ciência e a Cultura, as, sn)

Permite-se, ao analisar a relação entre cada um desses Programas e órgãos, a percepção de que o Governo almejava, ao compor a parceria, estimular a valorização da cultura como ferramenta de desenvolvimento sociocultural da população e, principalmente a parceria com o Ministério da Justiça e com o IBRAM, demonstrando que provavelmente um dos objetivos do projeto seria a redução da violência através valorização da memória de cada comunidade. Toda essa relação, fica ainda mais clara ao observar o PRODOC do Programa, como será realizado a seguir.

O resumo do Projeto do Programa Pontos de Memória constante no PRODOC do Projeto de Cooperação Técnica Internacional da OEI e do MinC; Projeto Desenvolvimento Institucional E Técnico-Operacional para a Ampliação a Consolidação de Projetos relacionados à Memória Social No Brasil expõe a seguinte proposta para a ação:

> As ações programadas neste Projeto orientam-se para atualizar e aperfeiçoar instrumentos gerenciais e técnico-operacionais destinados à ampliação e consolidação de estruturas de apoio cognitivo e metodológico às comunidades que atuam com memória social no Brasil. Para isso estão relacionadas atividades que buscam definir as bases conceituais e metodológicas sobre memória social e sobre relações comunitárias na implantação e manutenção de Pontos de Memória. Além disso, estão previstas atividades de capacitação de agentes de memória e membros de comunidades; produção de materiais informativo e de consulta, como também a formulação e aplicação de processos e instrumentos de planejamento, avaliação e apoio à instalação e manutenção de Pontos de Memória." (BRASIL, IPHAN, PRODOC, 2009, sn)

E possui três objetivos específicos:

> Definir bases conceituais e metodológicas relativas ao campo museal, em particular sobre memória social e sobre relações comunitárias para a implantação e manutenção de Pontos de Memória, (...) capacitar agentes de memória e membros da comunidade em desenvolvimento e gestão de projetos e nas áreas museológicas e museográficas (...) e (...) aplicar, de forma experimental, os processos e instrumentos de planejamento, avaliação e apoio à instalação e manutenção de Pontos de Memória, bem como difundir experiências em memória social no Brasil. (BRASIL, IPHAN, PRODOC, 2009, sn)

Observou-se que para realização da primeira edição do projeto que teve duração de 38 meses (de novembro de 2008 a dezembro de 2011) foram destinados um total de R$ 3.575.200,00 do orçamento do o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional por intermédio do seu Departamento de Museus e Centros Culturais (IPHAN/DEMU). Contemplar-se-ia doze Pontos de Memória iniciais. Posteriormente foram realizadas duas revisões, que ampliaram e prorrogaram o projeto para, na primeira revisão, 50 meses, de 13 de janeiro de 2009 a março de 2013, na qual não houve aumento da verba, e a segunda revisão, de 13 de janeiro de 2009 a 12 de janeiro de 2015, onde houve a alteração orçamentária para R$3.943.588,50. Depois houve um aporte de R$ 6.000.000,00 e rendimentos de R$168.836,31 totalizando R$ 6.168.836,31. Assim, o projeto como um todo, o original e as duas revisões, contaram com um orçamento total de R$ 10. 112. 424,81.

Ainda tratando de questões técnicas, o Programa Pontos de Memória tem como participantes que apoiaram sua implementação as seguintes instituições: a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores ("ABC/MRE") responsável pelo acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do Projeto, o IPHAN/DEMU, responsável pelas ações decorrentes do Projeto e a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura ("OEI") que designou

seu Escritório no Brasil como instituição responsável pelo desenvolvimento das ações decorrentes do Projeto.

Aqui, ressaltar-se-á, principalmente, o que diz respeito ao papel do IPHAN/DEMU, antes da criação do IBRAM, por serem os principais responsáveis pela elaboração do projeto do Programa, bem como por inserirem-se estritamente no campo da preservação da memória social, área-tema explorada por este trabalho monográfico.

> Atualmente, o IPHAN/DEMU, além de sua atuação regular na consolidação da Política Nacional de Museus, prepara-se para diversificar sua atuação e, para isso, já vem atuando em empreendimentos destinados a estimular e apoiar empreendimentos de comunidades que trabalham com memória social. O primeiro envolvimento da área técnica do DEMU com comunidades que promovem ações de memória foi com o Museu da Maré. Nesse caso, o IPHAN/DEMU prestou orientações técnicas aos responsáveis pelo referido Museu na elaboração de projetos de: museológicos e museográficos, de infraestrutura e de gestão. (BRASIL, IPHAN, PRODOC, 2009, sn)

Segundo os textos oficiais do Programa, "como forma de atender a essa 'nova' realidade que se apresentava, o IPHAN/DEMU passou a incentivar as iniciativas comunitárias" (2009, sn). Para isto, ele disponibilizaria apoio técnico, a partir de oficinas e orientações, para que assim houvesse a possibilidade de se construir um museu comunitário e de valorizar a sua identidade cultural e territorial, a partir de conhecimentos e técnicas museais.

Dentre os objetivos desse projeto do IPHAN/DEMU, destacam-se, segundo o próprio projeto, os seguintes:

> ampliar a diversidade e a capilaridade museal; garantir a forte inserção dos museus nas comunidades locais; aumentar o expressivo leque de serviços disponibilizados ao público; manter e aprimorar a presença, em alguns museus, de equipes altamente qualificadas, equipamentos modernos e práticas museais exemplares; modernizar os processos e instrumentos de gestão de coleções, bem como atualizar a capacitação do corpo técnico dos museus; criar uma ampla rede de apoio e colaboração nacional e internacional. (BRASIL, IPHAN, PRODOC, 2009, sn)

Considerando esses pontos, o projeto afirma a existência de 'situações-problemas' que trazem dificuldades para a ampliação do trabalho do IBRAM/IPHAN/DEMU em relação ao apoio a comunidades que trabalham com memória social. Essas situações, que representam forças de restrições à ampliação e modernização das ações institucionais, são as que estão relacionadas em seguida:

> Insuficiências nos Processos de Identificação de Organizações Públicas e Comunitárias que Atuam com Memória Social (...); Inadequações quanto às Ações de Capacitação Profissional Oferecidas (...); Ausência de Material Informativo e de Consulta para os Usuários (...) Falta de Processos Regulares de Atendimento e Orientação em Elaboração de Projetos(...); Ausência de Estrutura para Prestação de Assistência à Implantação e Consolidação dos Pontos de Memória. (BRASIL, IPHAN, PRODOC, 2009, sn)

O texto do projeto ressalta que o objetivo do Programa Pontos de Memória é propor, em sua fase inicial, uma "experiência piloto" visando à abrangência de localidades caracterizadas "pelo alto índice de violência". O projeto do Programa afirma que essa experiência seria fundamental para ter-se uma visão mais representativa das experiências ocorridas em cada comunidade e compreender os fenômenos dos processos museológicos comunitários no País.

O estudo se preocupou em compreender os doze pontos de memória iniciais, pois, dada sua primeira fase, de 2009 a 2011, seria possível observar um amadurecimento dos processos museológicos comunitários inseridos no PPM durante o mais longo prazo possível. Estes Pontos de Memória localizam-se nas cinco regiões do país, e, segundo o projeto do Programa "foram selecionadas pelo Pronasci em parceria com o Programa Mais Cultura. " São estas as comunidades do bairro de Terra Firme no Belém/ PA, de Taquaril em Belo Horizonte/ MG, do Estrutural em Brasília/ DF, do Sítio Cercado em Curitiba/PR, do Grande Bom Jardim em Fortaleza/CE, do Jacintinho em Maceió/ AL, da Lomba do Pinheiro em Porto Alegre/ RS, do Coque em Recife/ PE, do Pavão-Pavãozinho-Cantagalo no Rio de Janeiro/ RJ, da Brasilândia em São Paulo/ SP, do Beiru em Salvador/BA e comunidade de São Pedro em Vitória/ ES.

Dessas, selecionou-se para um aprofundamento aquelas que se denominam museus comunitários (Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro, Museu de Favela, Museu de Periferia, Ponto de Memória da Grande Bom Jardim e Ponto de Memória da Grande São Pedro, e Ponto de Memória do Taquaril): espaços criados e geridos através da vontade da comunidade onde se inserem, que participam ativamente de todos os processos do museu, proporcionando autoconhecimento e o desenvolvimento local[10], pois, apesar de compreender todos os pontos observados do projeto do Programa e de considera-los relevantes, há importantes considerações a serem feitas acerca dele, dado o conceito apresentado sobre museus comunitários. Afinal, se o museu comunitário "nasce

[10] Tendo em vista toda o estudo conceitual analisado no capítulo anterior optou-se através da comunhão de ideias apresentadas pela utilização simplificada do conceito de museu comunitário dessa forma.

da iniciativa de um coletivo não para exibir a realidade do outro, mas para defender a própria" (Vaz, 2012, p.5), parece complicado ou mesmo inviável, haver o envolvimento de pessoas externas à comunidade, mesmo que para, segundo o próprio texto do projeto, possibilitar a construção de um museu comunitário e a valorização à sua identidade cultural e territorial, a partir de conhecimentos e técnicas museais, (PRODOC, 2009, sn) sem que esse envolvimento torne-se algo próximo de uma intervenção, alterando os rumos da sua construção identitária, de seu próprio reconhecimento, e do "fato museal" [11] envolvido.

Os projetos nacionais selecionados receberiam um prêmio de R$ 30.000, que seriam disponibilizados em parcela única mediante depósito bancário. Após esses primeiros doze Pontos de Memória, foram criados diversos Editais, de chamada pública, para a Premiação de novos espaços de memória, o que traz consigo uma complicação, pois ao mesmo tempo em que há a iniciativa do Governo de reconhecer, fomentar e auxiliar esses espaços de memória diferenciados, e, assim trazer uma intervenção externa, ele se exime da responsabilidade de parceria permanente e de investimentos contínuos, mas disponibiliza recursos propulsores, o que pode acarretar problemas futuros a partir das atividades museais propostas como a descontinuidade de projetos realizados e a falta de perspectiva para iniciar novos projetos.

Para se compreender melhor sobre a seleção dos espaços de memória, observou-se que, nos primeiros editais consta no item referente à "etapa de avaliação e seleção" os seguintes requisitos que possuem caráter classificatório e eliminatório:

> Identificação com a museologia social (0 a 30 pontos); (...) Caráter comunitário no exercício do cidadão do direito à memória (0 a 30 pontos); (...) Caráter inovador das atividades e metodologias desenvolvidas (0 a 10 pontos; (...) Caráter comunitário das atividades previstas (0 a 30 pontos); Caráter inovador das atividades e metodologias previstas (0 a 30 pontos). (Edital Programa Pontos de Memória, 2012)

Apesar de academicamente ser possível notar o caminho de escolhas e decisões para os critérios de análise dos projetos, por todos os itens se assemelharem aos conceitos de sociomuseologia, este método de avaliação é completamente subjetivo, pois há, literalmente, em mérito, a observação do quão próxima e passível de identificação de uma proposta de atividade do Ponto de Memória com a museologia social. Compreende-se a possibilidade de existência de comunidades que nunca ouviram sobre esse conceito, mas

[11] Para mais informações sobre o tema sugere-se a leitura de "Museu, Museologia, Museólogos e Formação", 1989 de Waldisa Russio Guarnieri

que, ao mesmo tempo, suas propostas se alinhem a essa ideia. Porém pelo desconhecimento, ou desinteresse em conhecer sobre teorias museológicas, não conseguem escrever um projeto que demonstre claramente esse alinhamento.

Além disso, é possível observar que a subjetividade dos itens propostos no edital torna-o confusa possibilitando, por exemplo, imaginar a avaliação do caráter inovador de atividades e metodologias de um museu numa escala de 0 a 30.

Há atualmente uma forma diferente de classificar e ordenar a seleção dos projetos, com pontuações e relevâncias diferentes, mas seguindo aproximadamente o esquema anterior, mas com objetivos mais claros. Como observa-se no edital de 2014:

> - (...) Participação ativa nos últimos 03 (três) anos em cursos, oficinas, (...) relacionados à memória e museologia social. (0 a 10 pontos); Quanto à ação desenvolvida (0 a 60 pontos) (...) a ação desenvolvida pela iniciativa de memória e/ou museologia social contribuiu para gerar outras ações de memória e museologia social a partir de seus resultados. (0 a 10 pontos) (...). (Brasil, IBRAM, 2014, p.2)

Porém, apesar de mais claros os critérios de análise, ainda parece complicado, e talvez até acadêmico demais avaliar a possibilidade ou acesso à participação de representantes dos espaços de memória em simpósios, palestras, seminários, etc., sobre memória, ou compreender se é mesmo necessário para um museu comunitário frequentá-las, e contar isso como uma pontuação de classificação e eliminação do edital.

Há uma aparente imposição da teoria ante à prática e a particularidade museológica de cada um desses espaços ao exigir obrigatoriedade de uma determinada ação. Compreende-se, que a partir da singularidade e poder de decisão de cada comunidade elas podem ou não ter interesse em alguém externo lhes "ensinando" sobre museologia e teorias da memória.

O capítulo que será apresentado em seguida trará um estudo sobre os doze Pontos de Memória iniciais tratados por este TCC, explorando os históricos e características de cada um.

2. Os Pontos de Memória

Analisado o Programa do Governo, chega o momento de se compreender melhor os espaços de memória inseridos nele. Os Pontos de Memória.

Durante este capitulo se abordará um pouco do histórico de cada um dos espaços, e dos bairros onde se inserem. As informações foram adquiridas através de entrevistas, notícias, blogs e conversas informais com moradores. Participam dos doze Pontos de Memória iniciais as seguintes comunidades: Comunidade de Terra Firme, em Belém- PA; Comunidade do Taquaril, Belo Horizonte- MG; Comunidade da Estrutural, Brasília- DF; Comunidade do Sítio Cercado- Curitiba- PR; Comunidade Grande Bom Jardim, Fortaleza- CE; Comunidade do Jacintinho, Maceió- AL; Comunidade da Lomba do Pinheiro, Porto Alegre- RS; Comunidade do Coque, Recife- PE; Comunidades do Pavão-Pavãozinho-Cantagalo, Rio de Janeiro- RJ; Comunidade da Brasilândia, São Paulo- SP; Comunidade do Beiru, Salvador- BA e Comunidade do São Pedro, Vitória- ES.

Posterior ao estudo sobre cada uma delas, aprofundar-se-á o que se refere às que se denominam museus comunitários.

De uma forma geral, pode-se observar uma atividade intensa no que diz respeito a publicações em páginas, em sites e aparições em notícias locais dos Pontos de Memória durante os primeiros anos de implantação dos espaços, entre 2009 e 2012. O que é significativo, tendo em vista que, por vezes, sequer é possível ter acesso aos gestores ou a informações relacionadas aos Pontos de Memória posteriores a essa data.

2.1 Os Doze Pontos de Memória Iniciais

Ao tratar dos Doze Pontos de Memória iniciais deve-se compreender o porquê do Governo Federal ter escolhido estas doze comunidades para a introdução do Programa Pontos de Memória.

Para isso, é necessário comentar sobre a existência de um outro Programa Social do Governo Federal, que parece ser um fator decisivo para serem essas e não outras

comunidades: o PRONASCI, instituído pelo Governo Federal durante o período do presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2007.

No artigo primeiro da Lei Nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, referente ao PRONASCI, lê-se o seguinte:

> Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, a ser executado pela União, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando à melhoria da segurança pública. (BRASIL, Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, 2007)

Nos incisos I e II do artigo terceiro da mesma lei, observa-se que o Programa busca também a

> Art. 3º .....
>
> I - promoção dos direitos humanos, intensificando uma cultura de paz, de apoio ao desarmamento e de combate sistemático aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional, de orientação sexual e de diversidade cultural;
>
> II - criação e fortalecimento de redes sociais e comunitárias; (BRASIL, Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, 2007)

Assim, observou-se através do método de análise de discurso durante a pesquisa, que há uma colaboração entre os dois Programas. Em matéria postada no site do IBRAM a respeito da primeira exposição elaborada pelo Ponto de Memória da Estrutural[12] (Brasília- DF) há a seguinte frase que denota essa parceria:

> Pontos de Memória – A Estrutural, que reúne cerca de 40 mil habitantes, é uma das 12 comunidades do País apoiada pelo Programa Pontos de Memória, na reconstrução e fortalecimento da memória social, a partir do cidadão e de suas origens, histórias e valores. O Programa é resultado de parceria do Ibram/MinC, com os Programas Mais Cultura e Cultura Viva, do Ministério da Cultura, o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça, e a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). (BRASIL, MINISTÈRIO DA CULTURA, IBRAM, 2011, sn)

Subentende-se, então, que para o Governo Federal o PPM seria, então, um caminho para promover os direitos humanos e fortalecer as redes sociais e comunitárias

[12] Mais informação acerca do Ponto de Memória da Estrutural poderá ser encontrada ao longo deste (capítulo 2) capítulo do presente trabalho monográfico.

intensificando assim, a cultura de paz.

Essa correlação entre os Programas pode ser observada graficamente e de forma clara através dos mapas a seguir:

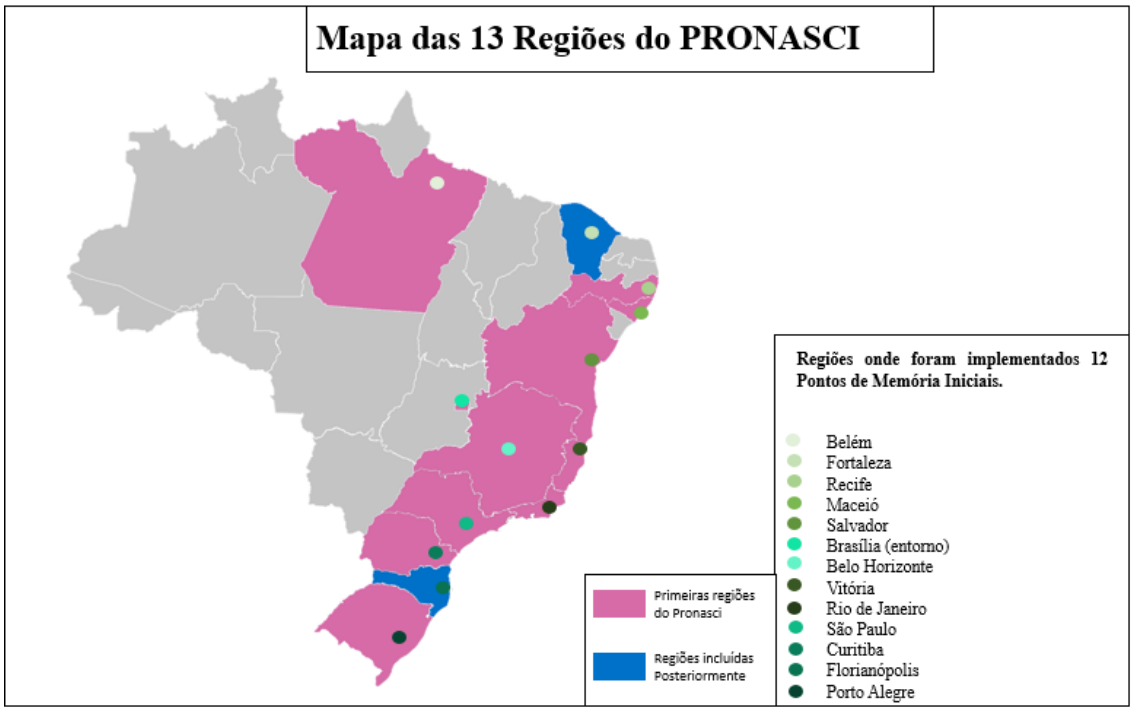


Figura 1: Mapa de Territórios do Pronasci.

Fonte: Elaborada pelo Autor

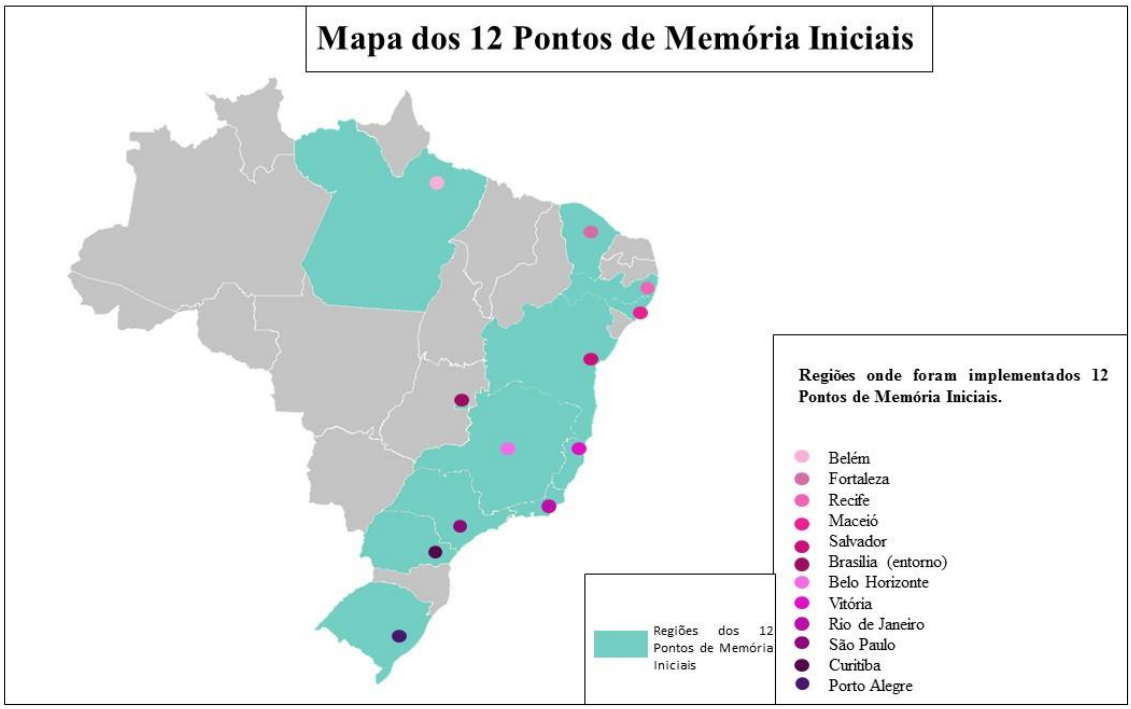


Figura 2: Mapa da Localização dos 12 Pontos de Memória Iniciais.

Fonte: Elaborada pelo Autor

Observa-se que entre os dois mapas aqui expostos, o do PRONASCI e o do PPM, há basicamente os mesmos territórios abrangidos. Dos onze Territórios de Paz iniciais do PRONASCI (Belém, Recife, Maceió, Salvador, Brasília (entorno), Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) todos participam da lista de estados onde Pontos de Memória iniciais estão inseridos. Dos dois Territórios de Paz abrangidos posteriormente pelo PRONASCI (Fortaleza e Florianópolis), um deles (Fortaleza) também possui um Ponto de Memória inicial, formando assim os doze Pontos de Memória.

Retomando o PRODOC do Programa Pontos de Memória no momento em que se estuda o papel do IPHAN/DEMU observado no capítulo anterior, esses órgãos têm trabalhado há um certo tempo com o intuito de "estimular e apoiar empreendimentos de comunidades que trabalham com memória social". Nesse ponto há a necessidade de se questionar o quanto estimulam e o quanto apoiam iniciativas comunitárias, pois parece, no mínimo, estranho que haja, exatamente em cada Território de Paz do PRONASCI uma iniciativa comunitária sociomuseológica em andamento para ser apoiada pelo Programa Pontos de Memória.

Esse tema será retomado detalhadamente no próximo subitem deste capítulo.

A Tabela 1, a seguir, expõe de forma resumida os dados que serão dissertados posteriormente:

Tabela 1- Dados Simplificados sobre os Doze Pontos de Memória Iniciais

PONTO DE MEMÓRIA	LOCALIZAÇÃO	FUNDAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACERVO	PERÍODO DE ATIVIDADE	SE AUTODENOMINA MUSEU COMUNITÁRIO?	PARCERIAS
Ponto de Memória da Estrutural	Bairro Estrutural, Brasília- DF	2010	Documentos referentes à memória do bairro, como entrevistas.	2010 - atual*	.....	Possui parceria com a UnB, onde há o trabalho colaborativo de professores e alunos para o projeto de extensão Conservação do Ponto de Memória da Estrutural
Ponto de Memória do Sítio Cercado (Museu de Periferia)	Bairro do Sítio Cercado, Curitiba -PR	2009	Entrevistas e acervo documental referente ao bairro e as ações realizadas pelo museu	2009 – atual*	Sim	Possui parceria com a UFPR onde há a realização do projeto de extensão "Contando Histórias de Nossa Gente: Museu de Periferia e Educação Histórica"
Ponto de Memória do Taquaril	Bairro do Taquaril, Belo Horizonte - MG	2010	.....	2010 – atual *	_____	
Ponto de Memória do Coque (Museu do Mangue do Coque)	Bairro do Coque, Recife - PE	.....	_____	.....	_____	_____
Ponto de Memória do Pavão-Pavãozinho Cantagalo (Museu de Favela)	Comunidades do Pavão-Pavãozinho Cantagalo, Rio de Janeiro - RJ	2009	Acervo em grande parte imaterial, mas também conta com as casas-tela e as entrevistas com os moradores em formato de vídeo	2009 – Atual	Sim.	São aproximadamente 20 instituições que auxiliam o Museu. Para mais informações observar o anexo referente a entrevista realizada com colaboradores do MUF
Ponto de Memória da Lomba do Pinheiro (Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro)	Bairro da Lomba do Pinheiro, Porto Alegre - RS	2006 (não é mais um Ponto de Memória)	objetos doados pela comunidade e pela família Ramião	2006- Atual	Sim.	UFRGS
Ponto de Memória da Brasilândia	Bairro da Brasilândia, São Paulo, SP	2010	Fotos, documentos, entre outros	.....	Não	_____
Ponto de Memória do Beiru	Bairro Tancredo Neves, Salvador - BA	2010	_____	_____	_____	_____
Ponto de Memória da Grande São Pedro	Região da Grande São Pedro, Vitória - ES	2010	Depoimentos sobre memórias do bairro	2010- Atual*	Sim	_____
Ponto de Memória da Grande Bom Jardim	Comunidade da Grande Bom Jardim, Fortaleza - CE	2009 (início do projeto) 2012 (inauguração)	Fotografias, vídeos, plantas dos bairros, objetos antigos, artesanato e depoimentos	2012 – Atual*	.....	Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza – CDVHS
Ponto de Memória da Terra Firme	Bairro de Terra Firme, Belém - PA	2012	O Bairro todo é o acervo e o museu	2012-Atual*	Não	Museu Paraense Emílio Goeldi e UFPA
Ponto de Memória do Jacintinho (Museu de Cultura Periférica)	Comunidades da Zona Sul Trapiche, Bom Parto, Vergel e redondezas, Maceió- AL	2010/2011	.....	2010/2011 – Atual	Não.	_____

Fonte: Tabela Elaborada pelo Autor

Nota: Os símbolos * indicam Pontos de Memória que apesar de não haver nenhuma notícia ou informação sobre ações de extroversão e comunicação, conseguiu obter-se contato com colaboradores dos respectivos espaços, indicando ao menos sinais de atividade interna.

2.1.1 Comunidade do Estrutural em Brasília

A comunidade do estrutural em Brasília localiza-se às margens da DF-095 (Estrada Parque Ceilândia), que interliga a cidade do Cruzeiro a Taguatinga. Sua formação deveu-se a uma invasão de catadores de lixo próximo ao aterro sanitário do Distrito Federal.

> "Lixão da Estrutural" começou, na década de 60, após a inauguração de Brasília e, poucos anos depois, surgiram os primeiros barracos de catadores de lixo próximo ao local.
>
> No início da década de 90 a invasão contava com pouco menos de 100 domicílios localizados ao lado do "lixão", sendo posteriormente transformada em Vila Estrutural, pertencente à Região Administrativa do Guará. (JORNAL DA ESTRUTURAL, 2010, sn)

A região é considerada uma das regiões mais pobres do Distrito Federal, onde os 'barracos' representam 55,1% do total dos imóveis, seguidos da casa que têm também, participação bastante significativa – 41,4%, segundo dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2004, realizada pela CODEPLAN e Secretaria de Planejamento.

O Ponto de Memória da Estrutural surgiu no ano de 2010, quando no dia 4 de dezembro, houve a primeira reunião relativa ao projeto cujo objetivo seria o de "resgatar a história desse território a partir da narrativa de cada morador que a vivenciou. Essa iniciativa é fundamental para a construção da identidade dessa região que se destaca pelos elevados índices de violência", com o nome de Museu Vivo da Estrutural. (PME, 2011, sn).

O Ponto de Memória realizou algumas ações museológicas e duas exposições, a última (constante no blog do PME) datada de 2012, com o nome de A Mulher e a Cidade.

A iniciativa possui a colaboração de ONGs que atuam na região, algumas inclusive de moradores do local. (PME, 2011, sn).

Posteriormente o espaço de memória tornou-se um projeto de extensão denominado "Conservação do Ponto de Memória da Estrutural", da Universidade de Brasília (UnB), sob coordenação da professora Silvana Küster. O que reflete novamente a necessidade que esses espaços têm por vezes de se utilizarem de apoios externos à comunidade, muitas vezes instituições de ensino, como universidades.

Infelizmente, como em praticamente todos os casos estudados, o blog do espaço de memória está desatualizado, sendo sua última publicação referente à II Exposição, para mais detalhes destaca-se a Figura 3 abaixo

Figura 3: blog memória estrutural.

Fonte: Printscreen do Blog Memória Estrutural, 2015

Externamente ao blog, a notícia mais recente que cita o espaço refere-se à fundação da primeira biblioteca do bairro, iniciativa empreendida por uma moradora local e alunos da UnB. O PME é citado devido à relação e interação dessa moradora, Abadia Teixeira, que participava do Ponto de Memória da Estrutural em 2012, com a professora Silmara Küster, que trouxe o projeto de extensão chamado "Conservação do Ponto de Memória da Estrutural", para a biblioteca.

Apesar dessas atividades realizadas pelo museu, ao entrevistar Wendy Oliveira[13], administradora de uma página do bairro no Facebook, "Comunidade da Estrutural", ela informou que, apesar de morar há mais de 16 anos no bairro, nunca visitou o espaço de memória.

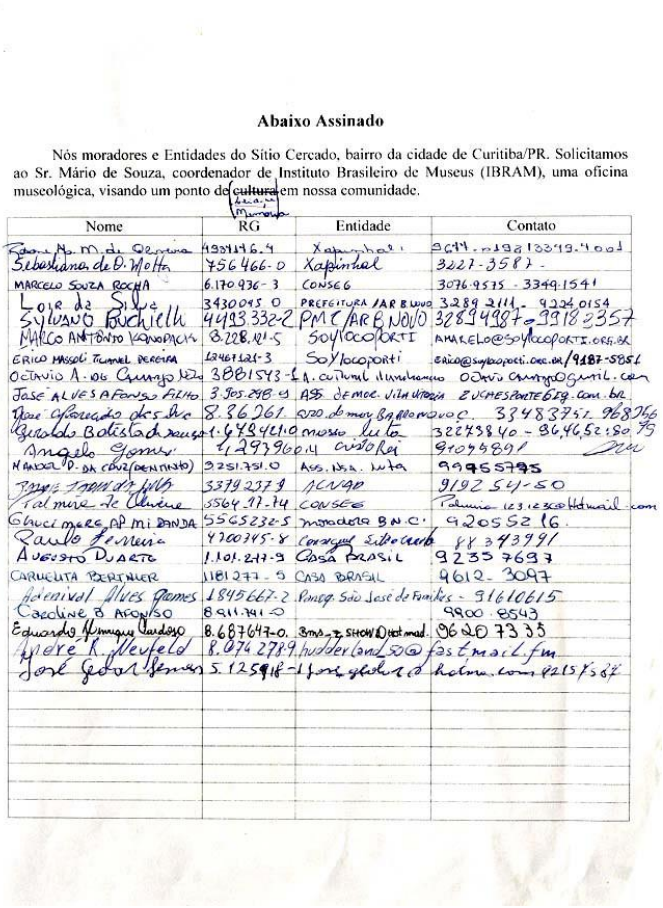
2.1.2 Comunidade do Sítio Cercado

O Sítio Cercado é um bairro de periferia localizado na Zona Sul da cidade de Curitiba, Paraná. Surgiu da ocupação de um sítio no final da década de 1940. O bairro teve um crescimento exponencial desde a década de 1970, com aproximadamente 180 mil moradores.

O processo de criação do Ponto de Memória se originou quando alguns moradores e entidades desse bairro organizam um abaixo-assinado, que pode ser observado na figura 4, para que houvesse uma oficina museológica visando à criação de um Ponto de Memória. Em 2009, iniciou-se um trabalho de memória, reunindo fotografias e relatos

[13] Wendy Oliveira, em correspondência por Facebook, dia 13 de janeiro de 2015

sobre a história do bairro, buscando criar o museu da comunidade, apoiado pelo IBRAM. Logo, este espaço tornar-se-ia um dos doze pontos de memória iniciais, com um museu denominado Museu de Periferia (MUPE).



Abaixo Assinado

Nós moradores e Entidades do Sítio Cercado, bairro da cidade de Curitiba/PR. Solicitamos ao Sr. Mário de Souza, coordenador de Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), uma oficina museológica, visando um ponto de ~~cultura~~ Memória em nossa comunidade.

Nome	RG	Entidade	Contato
Sebastiana de B. Motta	756466-0	Xapinhal	3227-3587
MARCELO SOUZA ROCHA	6.170.936-3	CONSEG	3076.9535 - 3349.1541
SILVANO	4493332-2	PMC/ARE NOVO	3289 4987 - 9918 2357
ERICO MASSOLI TRINDADE PEREIRA	12461121-3	SOYLOCOPORTI	ERICO@SOYLOCOPORTI.ORG.BR/9187-5856
JOSÉ ALVES AFONSO FILHO	3.305.898-9	ASS. DE MOR. VILA VITÓRIA	
Gerivaldo Batista de Jesus	7.678.421-0	morro luto	32743840 - 86,46,52:80 79
Angelo Gomes	7.297.960-14	custódia	9109 4891
MARIA D. DA CRUZ (DENTINHO)	3251.751-0	ASS. MOR. LUTA	99965795
Talmire de Oliveira	5564.97-74	CONSEG	Talmire123.123@Hotmail.com
Gracimere AP Miranda	5565232-5	moradora BNC	9205 52 16
Paulo Ferreira	4760345-8	Comerciante Sítio Cercado	88 343991
AUGUSTO DUARTE	1.101.247-9	CASA BRASIL	9235 7697
CARUCHITA BERTHIER	1181277-5	CASA BRASIL	9612-3097
Adenival Alves Gomes	1845667-2	Pmeg. São José dos Pinhais	91610615
Caroline B. AFONSO	8911791-0		9900 8543
Eduardo Henrique Cardoso	8.687647-0		9620 73 35
Andre R. Neufeld	8.074.278-9		
José Gerson Gomes	5.125.918-1		

Figura 4: Abaixo-assinado do Sítio Cercado.

Fonte: Printscreen de imagem disponível no Blog do Museu de Periferia, 2015

O museu possui um estatuto[14] e uma missão delimitada:

> A missão do MUPE é ser um Museu Comunitário que reflita o meio no qual está inserido, contemplando nos processos museais, os costumes, a arte, a cultura, a tradição, os valores, os rituais, as crenças, o cotidiano e as diversas manifestações artísticas da Periferia. (Estatuto do MUPE, as, sn)[15]

Possui em seu blog a relação das últimas exposições e ações educativas. Está desatualizado desde agosto de 2014, sendo, apesar disso, uma das páginas mais ativas dentre os PMs. Uma das explicações para essa desatualização diz respeito ao falecimento prematuro de um dos grandes incentivadores do museu, Wagner T., em meados de 2014.

[14] Para mais informações acessar: <http://mupesitiocercado.blogspot.com.br/p/missao_25.html>

[15] Disponível em: http://mupesitiocercado.blogspot.com.br/p/missao_25.html

Com a colaboração do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (Lapeduh/ UFPR) que faz parte do projeto de extensão "Contando Histórias de Nossa Gente: Museu de Periferia e Educação Histórica", coordenado pela professora Maria Auxiliadora Schmidt iniciou-se um processo de inventário do acervo do museu. Segundo o blog do MUPE:

> Os arquivos foram organizados pelos coordenadores do museu, no desenvolvimento da pesquisa feita pelo MUPE. O acervo tem origem nas associações de moradores, no projeto Organização Xapinhal e com a doações de documentos, dos arquivos familiares, dos moradores do bairro. Como é um arquivo de um museu comunitário tem como característica ser um acervo colaborativo e com potencial de reconfigurações com novas doações. Ainda como um arquivo de museu tem um dupla característica, uma de sobre guardar os documentos da história do bairro, o museu é também um produtor de documentos, seja eles administrativos da entidade ou frutos das pesquisas e ações educativas. (MUPE, sn, 2013)

Mesmo que o discurso do museu, seu site e por suas páginas, sugerirem-no como um museu comunicativo, possuindo diversos projetos de ações educativas e de extroversão, esta comunicabilidade não atinge efetivamente a comunidade na qual está inserido, este fato pode ser observado através da visão de um morador do bairro[16].

A partir do contato realizado com a professora Maria Auxiliadora Schmidt obteve-se acesso a arquivos referentes ao MUPE, como o significado de Museu Comunitário no qual se basearam para realizar a autorreferência como tal.

Durante as pesquisas por não se conseguir acesso direto ao MUPE através do contato "Fale Conosco" no blog do museu, teve-se conhecimento de uma página do bairro do Sítio Cercado, onde há todo tipo de informação acerca dos acontecimentos locais.

A professora Schmidt ainda comentou que uma questão que poderia ser aperfeiçoada no Programa Pontos de Memória é sobre a questão do financiamento:

> Gostaríamos de um apoio financeiro pois se criam os pontos de memória e depois deixam sem ajuda financeira muitas vezes não tem condições de manter pois tudo gera custo.[17]

Ao conversar com o administrador da página P.A[18] e perguntar sobre a existência do MUPE obteve-se a seguinte afirmação:

> Sim....realmente existe. Mas é uma coisa mal organizada, não tem data de exposição, quando fazem, não seguem padrão de organização. Não imagine o local como um museu, na verdade ele apenas conta a história

[16] Conforme será observado nos próximos parágrafos.
[17] Maria Auxiliado Schmidt, por e-mail dia 27 de maio de 2015
[18] Nome Fictício para proteger a identidade do entrevistado.

da invasão do Xapinhal, uma vila do bairro, por parte de sem-tetos. [19]

2.1.3 Comunidade da Lomba do Pinheiro

O Bairro Lomba do Pinheiro localiza-se na Zona Leste da cidade de Porto Alegre. Foi formado através de uma ocupação desordenada e por isso possui uma série de problemas de infraestrutura (como saneamento básico, violência e tráfico de drogas). (POSSAMAI, sa, p. 541,)

Foi nesse espaço e contexto urbano que surge, no ano de 2006, com auxílio técnico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, funcionando como uma espécie de facilitadora, que acolheu as demandas da comunidade por um espaço em que a memória do lugar fosse fixada por meio da história dos seus habitantes, possibilitando a criação do Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro. Funcionava, desde 2009, como um dos doze Pontos de Memória iniciais.

Instalado em um edifício onde funcionava um armazém de estrada, construído no século XIX, e doado por seu proprietário à comunidade do bairro, onde primeiramente foi criado o Memorial da Família Remião (antiga proprietária do estabelecimento) e posteriormente o próprio Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro, o espaço ainda abriga uma biblioteca que oferece acesso à leitura, uma das diretrizes de atuação do IPDAE, além da formação musical continuada através de sua orquestra infanto-juvenil. (POSSAMAI, sa, p. 541)

O acervo é composto majoritariamente por objetos doados pela comunidade e pela família Ramião.

O Museu passou um período de fechamento, em 2013, mas atualmente, 2015, se encontra em pleno funcionamento, segundo a entrevistada Manuela Garcia Moraes, colaboradora do MCLB. Ela afirma também, ao ser questionada sobre a importância do Programa Pontos de Memória para o Museu Comunitário da Lombra do Pinheiro, que apesar de não ter participado do processo inicial, atualmente o museu não é mais um Ponto de Memória, ou seja, não está mais vinculado ao PPM por questões políticas. E que:

> O principal papel do programa foi fortificar a relação entre instituição e comunidade, mas não saberia dizer no que realmente o projeto foi favorável, pois o vínculo foi desfeito e nem mesmo a verba foi totalmente aplicada na instituição. Não tenho muito a falar sobre o programa, mas como funcionaria da instituição atualmente eu diria que

[19] Paulo Alves, em correspondência por Facebook dia 17 de dezembro de 2014

o programa não funciona como deveria funcionar. [20]

Seus canais de comunicação são um pouco complicados, há mais de uma página do MCLB no Facebook causando um desencontro de informações sobre o espaço, uma delas está desatualizada, sendo a última postagem de 2013. Há um blog do museu, mas se encontra completamente desatualizado, sendo a última postagem de outubro de 2009, como pode ser observado na figura 5.

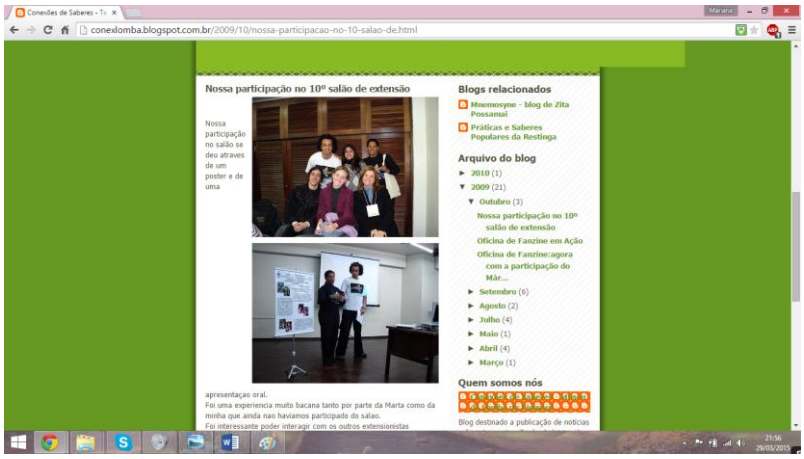


Figura 5: Blog Conexões de Saberes- Território do Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro.

Fonte: Printscreen nosso, 2015

A página oficial do Museu está atualizada, contendo informações referentes ao espaço, e com a região, como pode ser observado na figura 6 abaixo:

Figura 6: Página Atual e oficial do Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro.

Fonte: Print screen nosso, 2015

[20] Manuela Moraes, conforme por e-mail dia 10 de março de 2015

2.1.4 Comunidades do Pavão-Pavãozinho-Cantagalo

As comunidades de Pavão-Pavãozinho e Cantagalo estão localizadas entre os bairros de Copacabana e Ipanema, Rio de Janeiro, RJ.

Sua história remonta à ocupação da orla do Rio de Janeiro. Com o desenvolvimento dos bairros de Copacabana e Ipanema, um grande grupo populacional sentiu-se atraído pelo mercado de trabalho que os bairros passaram a representar até a metade do século XX.

O Ponto de Memória desta comunidade é o MUF, Museu de Favela. Ele possui muitas características interessantes, mas no que diz respeito ao PPM, uma se destaca: ele foi o primeiro Ponto de Memória.

Segundo Rita Santos, Diretora Social e Curadora de Memórias do Museu de Favela

> Na ocasião do evento do lançamento oficial do Museu de Favela que ocorreu no dia 14 de fevereiro de 2009 (...) representantes do atual IBRAM (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS) que na época estava em fase de transição DEMU(Departamento de Museus) IPHAN (Instituto `Patrimônio Histórico Artístico Nacional) escolheram nosso evento de lançamento do MUF para lançar também Programa Pontos de Memória e nos condecorando como o Primeiro Ponto de Memória do Brasil , isto é, o pioneiro da rede Pontos de Memórias. [21]

O MUF considera-se um Museu Comunitário e um Museu de território, segundo Clarisse Rosa, museóloga do Museu de Favela, seu acervo diz respeito a história local e é em grande parte imaterial

> são as histórias de vida dos moradores do território museal, seus saberes e fazeres. No entanto, o MUF utiliza suportes materiais para registrar parte de seu acervo. Os itens de maior expressividade são as casas-tela e as entrevistas com os moradores em formato de vídeo, já transcritos.[22]

Ainda segundo a entrevistada, O Museu de Favela é uma Organização Não Governamental que vem desenvolvendo e experimentando formas para enfim alcançar a sustentabilidade institucional. Atualmente, sua principal forma de captação de recursos é através de enquadramento de projetos em editais culturais e recursos gerados a partir do turismo, com o apoio da Central Integrada de Visitação ao Museu Favela.

Ainda segundo as entrevistadas, Rita Santos e Clarisse Rosa, o produto final do MUF junto ao Programa Pontos de Memória foi fruto de três ações que resultaram no livro Circuitos Casa Tela, Caminhos de Vida no Museu de Favela.

---

[21] Rita Santos, por e-mail dia 8 de fevereiro de 2015
[22] Clarisse Rosa, por e-mail dia 8 de fevereiro de 2015

Ao ser questionada sobre o Programa Pontos de Memória, mais especificamente o que a parceria proporcionou ao espaço comenta que

> Para o espaço eu diria que a visibilidade institucional do museu de favela para muitos pontos do país, o fato do IBRAM divulgar nossas ações no seu site, notificar as atividades que faremos na semana e na primavera de museus por exemplo, de estarmos cadastrados como ponto de memória já traz em nossa bagagem um peso extraordinário. [23]

E acerca do que que poderia ser aperfeiçoado no Programa, expõe a seguinte opinião:

> Editais especialmente pensados especificamente para os pontos de memórias, mas não recursos de R$ 20, 30 mil reais como vem sendo feito. Esses valores são paliativos, não resolvem nada, muito pelo contrário, você inicia uma etapa, mas não existe continuidade. Muitos pontos não têm nem sede própria é o caso do MUF, outros não têm nem onde trabalhar e se reunir.
>
> Isso é triste, acaba por afastar pessoas, desestimula aqueles que querem contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades, na valorização de sua história. O governo federal deveria olhar para a situação dos pontos de memória com mais cuidado e oferecer um recurso digno para a execução das atividades que podem sim modificar realidades. Investe-se tanto em campanhas eleitorais, com santinhos que descem pelo ralo, pelo esgoto com dinheiro público, porque pelo menos uma vez na vida não investem nas mesmas comunidades onde eles vêm buscar voto? Só lembram delas para proveito próprio. [24]

É uma instituição, que conta com um site atualizado onde observa-se as ações desenvolvidas e diversas informações referentes ao MUF, como pode ser observado na figura 6. Possui um canal de "fale conosco" no qual o atendimento é muito rápido, sendo esse o único canal de comunicação direto que pude obter com qualquer Ponto de Memória.

[23] Rita Santos, por e-mail dia 8 de fevereiro de 2015
[24] Rita Santos, por e-mail dia 8 de fevereiro de 2015

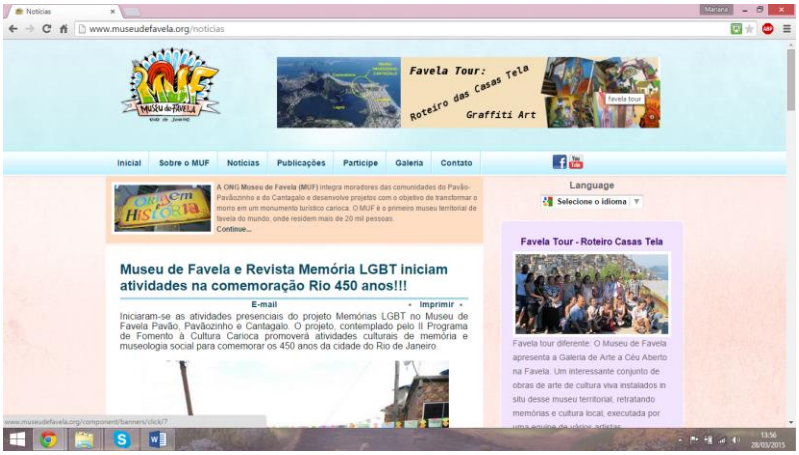


Figura 7: Site do Museu de Favela.

Fonte: Printscreen do site do Museu de Favela, 2015

2.1.5 Comunidade do Taquaril

A comunidade de Taquaril localiza-se no bairro do Taquaril na região Leste de Belo Horizonte. Com o IDH-M[25] de aproximadamente 0,685 e população de aproximadamente 7.700, é considerada a região de maior vulnerabilidade econômica da capital Mineira. O bairro foi fundado em 1986, quando as terras da região foram doadas para a construção de moradias de trabalhadores que saíram, principalmente, do interior do estado.

Para a socióloga e líder comunitária Leila Regina da Silva

> O Taquaril era considerado o lugar que tinha tudo de ruim e, por isso, os moradores carregavam esse estigma. Hoje estamos dando outra dimensão para a comunidade. Nossa identidade é marcada pela conquista do espaço. A luta é nosso patrimônio e deve fazer parte de nosso museu. (BRASIL, MINISTÈRIO DA CULTURA, IBRAM, 2010, sn)

O Ponto de Memória no Taquaril foi organizado através do incentivo do IBRAM pelo Programa Pontos de Memória, segundo o texto oficial publicado no blog Museu Taquaril.

Possui um blog desativado, cuja última postagem é de 2012, e uma página no Facebook chamada “Ponto de Memória Taquaril Museu” extremamente atualizada, com postagens praticamente diárias, como pode ser observado através da Figura 7:

[25] IDH-M é uma adaptação do Índice de Desenvolvimento Humano para o âmbito municipal.

Figura 8:Página do Ponto de Memória Taquaril.

Fonte: Printscreen da página do Ponto de Memória Taquaril Museu, 2015

Dentre as várias atividades realizadas pelo Ponto de Memória do Taquaril, destaca-se a primeira, o Varal de Memórias. A atividade "Varal de memórias", consistiu na realização de grupos focais preparatórios para as entrevistas de história oral de vida. Ao todo foram desenvolvidas quatro atividades, cada uma com duração de 50 minutos. Em reunião, o Conselho Gestor do Ponto de memória Museu do Taquaril indicou nomes de moradores para participarem do Varal de memórias. Foi encaminhado uma carta convite a essas pessoas que marcaram, de acordo com sua disponibilidade, um encontro com no mínimo três e no máximo cinco pessoas, a partir destes convites houve a realização de entrevistas e sua catalogação com, ao todo, dez moradores.

Houve também as ações de difusão: Taquaril na praça, Arte no Morro, Semana de arte da Escola Estadual Coração Eucarístico, Exposição Entre Memórias entre outras realizadas no ano de 2012.

Atualmente a maior parte dessas atividades continuam sendo desenvolvidas, inclusive o PMT participará da Semana de Museus do ano de 2015.

Ao falar sobre o Programa Pontos de Memória, Wellington Silva colaborador do projeto desde seu início, afirma sobre a parceria e o que ela acarretou para o PMT:

> A sociedade civil sempre foi autônoma, no sentido de sempre ter consciência dos trabalhos a serem desenvolvidos e suas necessidades, mas com o programa ganhamos mais espaços de visibilidade regionalmente, bem como nacionalmente. O ponto de memória museu

> do Taquaril inclusive já apresentou sua experiência no México e vem participando de congressos nacionais e internacionais difundindo sua experiência.[26]

E sobre o que poderia ser aperfeiçoado:

> Particularmente eu não concordo que a expansão do programa se dê por meio de editais de premiação de ações em memória e museologia social. O edital é importante, no entanto a continuidade do fortalecimento dessas ações também. É preciso que a instituição incorpore o programa e ele seja institucionalizado. Alguns passos já foram dados a esse respeito. Na quarta teia da memória, realizada em Belém do Pará foi criado um Conselho Gestor de Gestão Participativa/Compartilhada do Programa, entre as iniciativas presentes e que compõem as redes, pontos de memória premiados e pontos de memória pioneiros. A comunicação entre as iniciativas também precisa ser melhorada, no sentido de fortalecer as redes existentes e incentivar a criação de outras novas. [27]

O Ponto de Memória do Taquaril é o museu criado a partir do incentivo do IBRAM mais comunicativo e com mais atividades realizadas. Porém, em entrevista com Lúcia, que é administradora de uma página no Facebook sobre o bairro do Taquaril e vive nele há mais de 20 anos, afirma que "Sim conheço o lugar onde fica... mas nuca fui lá, me parece que o nome é Museu de história do Taquaril".

2.1.6 Comunidade de Terra Firme

Comunidade localizada em Belém, Pará, nascida na década de 1950 com o nome de Montese (figura 7) em homenagem à batalha da Segunda Guerra Mundial, possui hoje cerca de 60.000 habitantes e é um dos mais populosos da capital.

Apesar de ser um território marcado pela violência, tráfico de drogas e falta ou inexistência dos serviços básicos (MORAES, 2014)[28], o bairro possui instituições de ensino e pesquisa: Universidade Federal do Pará; Universidade Federal Rural da Amazônia; Escola de Aplicação da UFPA; Museu Emílio Goeldi (MPEG) - Núcleo de Pesquisa; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A.

---

[26] Wellington Silva, por e-mail, dia 16 de abril de 2015
[27] Wellington Silva, por e-mail, dia 16 de abril de 2015
[28] Para maiores informações acerca das condições do bairro de Terra Fime, sugere-se a leitura de MORAES, Kleslie de Carvalho. **Análise Comparativa das Condições Ambientais de Saneamento nos Bairros de Batista Campos e Terra Firme** - Belém – Pará. Belém, 2014. Acesso em 10 de jan. de 2015. Disponível em <http://www. ensaios/An%C3%A1lise-Comparativa-Das-Condi%C3%A7%C3%B5es-Ambientais-De/54213092.html>

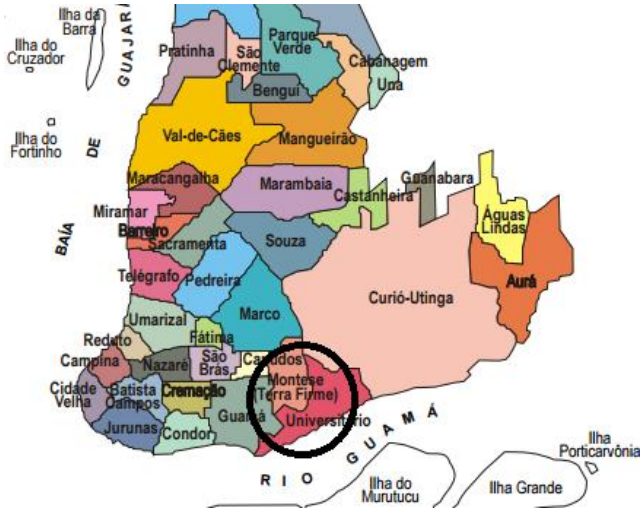


Figura 9: Localização do Bairro de Montene (Terra Firme).

Fonte: Diário Oficial do Município, 1996

No site do Museu Paraense Emílio Goeldi há uma notícia datada de 2013 que prevê a primeira exposição do Ponto de Memória de Terra Firme com vistas à criação de um museu comunitário:

> Registrar, preservar e divulgar a história e a memória do bairro de Belém sobre o qual trata. Esse é o objetivo da exposição Terra Firme: De Tudo um Pouco, que abre as portas neste sábado (12), com o apoio institucional do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG/MCTI) e do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC). Realizada pelo projeto Ponto de Memória da Terra Firme, a mostra se soma a outros produtos de comunicação – documentário, jornal e cartilha – e tem por objetivo principal desvincular a Terra Firme da imagem de área violenta. O apagamento da imagem negativa construída em torno do bairro da capital paraense é meta principal do ponto de memória. (Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013, sn)

Por outro lado, a consultora Helena Quadros afirma que o Ponto de Memória não é um museu comunitário, tampouco possui acervo e que o bairro inteiro é trabalhado como acervo.[29]

Há uma intensa relação entre o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Ponto de Memória de Terra Firme, praticamente todas as notícias que se encontra relacionadas ao PM estão também, direta ou indiretamente, relacionadas ao MPEG. Realizando-se uma busca mais ampla no site da instituição procurando palavras relacionadas como "Pontos de Memória" e "Ponto de Memória Terra Firme" encontrou-se uma explicação para essa relação que vai além da localização:

[29] Helena Quadros, conforme correspondência por e-mail, dia 30 de abril de 2015

> O Ponto de Memória da Terra Firme tem parceria com o projeto, "O Museu Goeldi leva Educação em Ciência à Comunidade". O objetivo principal do projeto é "valorizar as práticas comunitárias que estimulem o desenvolvimento pessoal e de coesão social, em prol de melhorias em suas condições de vida e o reconhecimento de sua identidade" (Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011, sn)

A primeira exposição do PM de Terra firme foi realizada dentro do Museu Paraense Emílio Goeldi, e segundo a coordenadora do projeto Helena Quadros buscou ter um caráter político: "Queremos mostrar que a Terra Firme tem cultura, memória e história", ressalta a educadora do Núcleo de Visitas Orientadas do Parque Zoobotânico do Museu Goeldi. (Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013, sn)

A partir de entrevista realizada com a consultora Helena Quadros do Ponto de Memória de Terra Firme, obteve-se mais informações sobre essa parceria, segundo ela a captação de recursos funciona em parceria completa com o Museu Paraense Emílio Goeldi, que colabora com o espaço de todas as formas possíveis:

> Temos total apoio do Museu Paraense Emílio Goeldi, que além de liberar sua funcionária Helena Quadros para participar como Conselheira, libera também espaços de auditórios e outros materiais. [30]

Nos últimos três anos houve inúmeras ações e projetos do Ponto de Memória de Terra Firme, entre os quais destacam-se, em 2012, o Inventário Participativo, ação realizada pelo conselho gestor do PMTF que submeteu e aprovou o microprojetos no Edital "Microprojetos Mais Cultura para Territórios de Paz", uma iniciativa do Ministério da Cultura, em parceria com o programa PRONASCI, intitulado "As diversas linguagens da Cultura no bairro da Terra Firme", teve por objetivo pesquisar, catalogar e sistematizar as linguagens culturais, a história e a memória identificada no bairro da Terra Firme. E em 2013 o lançamento da Cartilha "Um Ponto de Memória na Terra Firme": a cartilha foi escrita por uma equipe composta pelo conselho gestor do PMTF, que teve por finalidade divulgar o trabalho que já havia sido realizado pelo projeto durante seu tempo de existência. [31]

Sobre sua opinião acerca do Programa Pontos de Memória, Quadros comenta que:

> Minha opinião positiva se dá em relação ao apoio que o Programa dá para a formação da comunidade localmente como regional e nacional,

[30] Helena Quadros, por e-mail, dia 30 de abril de 2015

[31] Helena Quadros, por e-mail, dia 30 de abril de 2015

> muitas vezes trazendo pessoas especializadas de vários locais do Brasil, como também, o apoio para participação em eventos com passagens e diárias.
>
> Outros pontos que merecem ser aperfeiçoados são a troca de experiências entre os pontos do Brasil e exterior, merecem um olhar mais sensível, quem sabe uma realização de encontro nacional e não só na Teia da Memória.[32]

Para acessar informações referentes ao PMTF há uma página do Facebook atualizada sobre o Ponto de Memória de Terra Firme (Figura 9), e um blog cuja última atualização foi em 2012 com a mensagem de "atualizaremos em breve nosso blog".

Figura 10: Página Ponto de Memória Terra Firme.

Fonte: Printscreen da página PontoMemória Terra Firme. 2015

Apesar de todas as atividades desenvolvidas pelo Ponto de Memória, contactou-se uma moradora, através do Facebook, Deuziane Oliveira, pessoa extremamente envolvida com o bairro que administra a única página do Facebook sobre o bairro de Terra Firme, e que, apesar de morar há mais de 10 anos no bairro, informou que ainda não ouviu falar nada sobre este espaço. [33]

[32] Helena Quadros, conforme correspondência online por e-mail, dia 4 de maio de 2015

[33] Deuziane Oliveira, conforme correspondência online por Facebook, dia 9 de março de 2015

2.1.7 Comunidade Grande Bom Jardim

Localizada em Fortaleza, Ceará, na região sudoeste do município, conta com aproximadamente 37.300 moradores, segundo o censo de 2010.

O processo para a implementação do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim iniciou-se no final de 2009, quando o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza – CDVHS, foi procurado pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM para debater a importância de se trabalhar com a memória local para fortalecer a identidade do bairro.

A partir da articulação de diversas entidades que atuam no bairro de Grande Bom Jardim, inaugurou-se em 2012, o Ponto de Memória do Grande Bom Jardim. (Viana, 2013, p.2)

> "O Ministério da Cultura, através do IBRAM, veio aqui no Grande Bom Jardim para discutir a importância da cultura, em todas as suas dimensões, para a transformação do território em um Território de Paz, mantendo as raízes culturais, a identidade das pessoas, do lugar, do povo", lembra Marileide Luz, coordenadora do CDVHS, que, junto a outras entidades, compõe o conselho gestor do Ponto de Memória. (VIANA, 2013, p.2)

O acervo do Ponto de Memória é composto, em sua maioria, de fotografias, vídeos, plantas dos bairros, objetos antigos, artesanato e muitas histórias de moradores do Grande Bom Jardim. Tudo isso exposto em uma sede, no Ponto de Memória do Grande Bom Jardim.

> O espaço foi consolidado a partir de rodas de conversas com diversos grupos, habitantes da Granja Portugal, Granja Lisboa, Bom Jardim, Canindezinho e Siqueira. Pescadores, artesãs, idosos, homens e mulheres se reuniram, relataram suas histórias de vida e até entregaram alguns objetos. "Ainda continuamos abertos para a doação de bens antigos que possam falar mais do nosso povo. Recebemos fotos, cartas, documentos, tudo que possa montar nosso painel de memórias", relata o integrante do Conselho Gestor do Museu do Bom Jardim, Otaviano Alves. (Diário do Nordeste online, 2013, sn)

Também desatualizado, o Ponto de Memória Grande Bom Jardim possui um blog, cuja última publicação foi realizada no final de 2012, como pode ser visto na Figura 11.

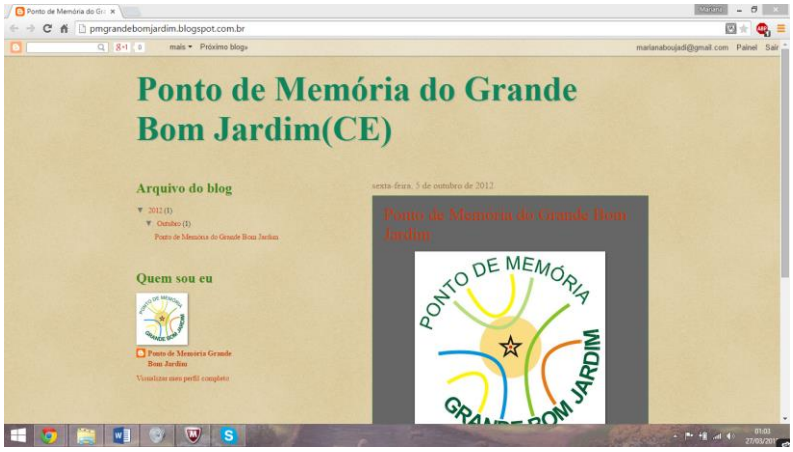


Figura 11: Blog do Ponto de Memória Grande Bom Jardim.

Fonte: Printscreen do Blog do Ponto de Memória Grande bom Jardim, 2015

Há uma página no Facebook sobre o PMGBJ atualizada. Porém grande parte das notícias tem a ver com Programas de Incentivo à Cultura de uma forma mais ampla e pouco sobre as ações do espaço, sendo a última postagem sobre o assunto a respeito de uma elaboração comunitária, participativa e territorial do Plano Museológico Comunitário do Museu Comunitário da Memória Territorial do Grande Bom Jardim, datada de novembro de 2013. Como pode ser observado na figura 12:

Figura 12: Página no Facebook do Ponto de Memória Grande Bom Jardim.

Fonte: Printscreen da página do Fabebook da do Ponto de Memória Grande Bom Jardim, 2015

2.1.8 Ponto de Memória da Grande São Pedro

A Região da Grande São Pedro em Vitória, Espirito Santo, está localizada no lado Norte/ Noroeste da Ilha de Vitória, junto a um dos canais do estuário do Rio Santa Maria e adjacente a Rodovia Serafim Derenzi, estando a uma distância de 4 km do Centro da Cidade.

O local se caracterizou, em fins da década de 1970, como alternativa habitacional para migrantes pobres, desempregados, subempregados e trabalhadores de baixa remuneração dos setores público e privado. Esta época coincidiu com desativação do canteiro de obras da Companhia Siderúrgica de Tubarão.

Esse Ponto de Memória possui um blog, desatualizado desde 2013, como se pode observar na figura 13:

Figura 13: Blog do Ponto de Memória da Grande São Pedro.

Fonte: Printscreen do Blog do Ponto de Memória da Grande São Pedro, 2015

Apesar da desatualização do Blog do Museu, há uma grande variedade de informações sobre o Ponto de Memória, informando desde o histórico de fundação do Museu, que se denomina comunitário, até informações sobre mudanças de gestão e de diretoria.

> O Ponto de Memória da Grande São Pedro teve seu início em Dezembro de 2009, quando uma equipe de 06 (seis) lideranças da região de São Pedro foi convidada pelo Ibram- Instituto Brasileiro de Museus- a conhecer o Programa Pontos de Memória, elaborado pelo Ministério da Cultura, dentro do Projeto PRONASCI, criado para atuar em 12 (doze) regiões metropolitanas do Brasil, denominados Territórios de Paz. (PMGSP, 2012, sn)

Ao entrar em contato com Livaldo Degásperi, um dos gestores do museu, teve-se acesso à toda documentação correspondente à ação de capacitação realizada no ano 2012, muito discutida previamente, na qual selecionou-se um grupo de onze pessoas representando a região da Grande São Pedro. Essa oficina durou cerca de doze meses, com reuniões semanais, esse foi o evento que se utilizou das verbas destinadas pelo IBRAM para o PMGSP.

> Em 11 de Maio de 2010, no Movimento Comunitário de São Pedro I, foi realizado um grande evento de apresentação do Ponto de Memória e do Conselho Gestor às comunidade. No ano de 2011 desenvolveram-se outras ações, exposições nos bairros, "Roda Feminina de Conversa" com contação de histórias narradas pelas próprias pessoas que viveram o início da ocupação na década de '80. Também foi elaborado o Plano de Ação que foi enviado ao Ibram e O.E.I. (Organização dos Estados Iberoamericanos), que foi aprovado e concluído em 31 de Julho 2013. A partir desta data o projeto passou a ser desenvolvido de forma autosustentável, porém com o apoio da assessoria técnica do IBRAM, sempre que for necessário. [34]

2.1.9 Ponto de Memória do Beiru

Beiru é a antiga denominação do Bairro de Tancredo Neves, em Salvador, Bahia. Está localizado entre a Engomadeira, Sussuarana, Narandiba e a Avenida Paralela. O nome Beiru, de origem iorubá, refere-se ao escravo africano Gbeiru que morou na localidade no século XIX. Num plebiscito feito em 02/06/2005, o nome do bairro mudou para homenagear o ex-presidente falecido Tancredo de Almeida Neves. A mudança gerou uma controvérsia e há moradores que preferem o topônimo anterior para o bairro. A história do lugar se inicia a partir da ação de Gbeiru, que criou um quilombo no local com a anuência da família que doou as terras para ele (CASTRO, 2006, p.51)

O Ponto de Memória do Beiru possui poucas notícias a seu respeito, e nenhum blog, página ou site, mesmo em inatividade.

Todas as notícias que tratam sobre ele foram divulgadas no site do IBRAM no setor notícias, a primeira notícia encontrada data de maio de 2010, e retrata a discussão sobre a possível criação de um conselho gestor para o Ponto de Memória do bairro. O título da notícia é “Moradores do Beiru discutem importância do museu e criam conselho” e, dentre as informações encontradas no corpo do texto da notícia, esta chama bastante

[34] Livaldo Digásperi, em correspondência por e-mail dia 15 de dezembro de 2014

atenção:

> Falar de Beiru não é apenas falar da história de um grande líder negro e de um bairro com cerca de 200 mil habitantes de Salvador, mas também é falar diretamente da história de vida de cada morador. Foi o que mostrou o seminário realizado no Centro de Integração Familiar – Ceifar, em Beiru, Salvador – BA, no sábado (24), com a participação de 20 representantes da comunidade, para criação do conselho gestor do Ponto de Memória Museu do Beiru. (BRASIL, MINISTÈRIO DA CULTURA, IBRAM, 2010, sn)

É também o caso do anúncio de uma oficina ministrada pelo museólogo Mário Chagas em 2010, com o nome de Museu, Memória e Cidadania, suja proposta foi

> debater o poder transformador da memória, além de conceitos sobre Museologia e Memória Social, que devem auxiliar o desenvolvimento do Ponto de Memória da região. (BRASIL, MINISTÈRIO DA CULTURA, IBRAM, 2010, sn)

Além dessas poucas notícias encontradas, há no site da OEI um arquivo em PDF de um edital de contratação de serviços, cujo cargo é denominado "consultor de produto". Ao ler o edital há o subitem "objetivo de contratação" que permite a leitura do seguinte texto:

> Objetivo: atualizar e aperfeiçoar instrumentos gerenciais e técnico-operacionais para ampliar e consolidar as estruturas de apoio cognitivo e metodológico relativo ao campo museal para as comunidades que atuam com memória social no Brasil. Finalidade: Coordenar, junto à instância deliberativa do Ponto de Memória do Beiru, em Salvador (BA), as atividades de elaboração do Plano de Ação, de desenvolvimento do Inventário Participativo e de elaboração e desenvolvimento do Produto de Difusão do Ponto de Memória. (OEI, 2012, p.2)

Ou seja, o Programa vê a necessidade de contratar um consultor externo, da área da museologia, para elaborar e desenvolver o produto de difusão. Dessa forma, pode-se retomar a questão observada anteriormente, se todo esse envolvimento e intervenção externa não reduz significativamente os aspectos participativos da comunidade nos processos museais e consequentemente seu caráter sociomuseológico.

2.1.10 Ponto de Memória da Brasilândia

O histórico do surgimento do bairro da Brasilândia em São Paulo, data da década de 1930, quando alguns sítios e chácaras de cana de açúcar foram se transformando em núcleos residenciais na zona norte da cidade. O crescimento de sua ocupação veio formar

o bairro denominado Brasilândia [35].(São Paulo, Prefeitura Municipal, Subprefeituras, sn, 2013)

Basicamente não há nenhuma notícia sobre o Ponto de Memória da Brasilândia, em nenhum momento, nem aquele "boom" de publicidade que surgiu nos outros Pontos de Memória entre 2009 e 2011.

O site Mobilizador Br traz um pedaço do convite de divulgação da exposição realizada pelo Ponto de Memória (figura 11), uma notícia de 2011 também sobre a exposição no Blog pessoal do jornalista Leandro Silva Batista, contendo mais informações sobre o bairro do que diretamente ao Ponto de Memória.

Dessa forma, não há blog ou sites sobre esse espaço, tampouco uma grande variedade de notícias que não sejam do próprio site do IBRAM, a exemplo desta citada abaixo, que permite ao menos um conhecimento superficial e completamente parcial do projeto do Ponto de Memória da Brasilândia:

> Após um ano e meio de trabalho, estudo, organização e mobilização o Ponto de Memória da Brasilândia (SP), que a partir de agora passa a adotar o nome de Museu Social da Brasilâdia, realiza sua primeira exposição com o tema: Brasilândia - Suas Vilas e Jardins. Composto por mais de 40 bairros, divididos entre Vilas e Jardins, a região que conta com mais de 283 mil habitantes apresenta os primeiros resultados de resgate da memória local (BRASIL, MINISTÉRIO DA CULTURA, IBRAM, 2011, sn)

O folder de publicidade da exposição Brasilândia – Suas Vilas e Jardins pode ser observado parcialmente na figura 11.

Há também esta entrevista na mesma notícia oficial do IBRAM, na qual se ressalta a importância de uma oficina de capacitação realizada no bairro pela Museóloga Mirela Araujo, do IBRAM:

> Não adianta reunir uma série de fotos, documentos e outros materiais sem saber o que fazer com eles, por isso é importante essa capacitação". (BRASIL, MINISTÉRIO DA CULTURA, IBRAM, sn, 2011)

[35] Site da Prefeitura de São Paulo, acesso em 29 de jan de 2015, disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/freguesia_brasilandia/historico/index.php?p=142>

Apesar de tão poucas informações sobre o Museu Social da Brasilândia, há um importante indicador de mobilização comunitária independente do Programa Pontos de Memória no bairro, uma página no Facebook denominada: Centro de Memória da Brasilândia cujo objetivo é propor formas diferentes de olhar o passado e refletir sobre o presente da memória histórica, cultural e política do distrito de Brasilândia, mas que, segundo a administração, não possui nenhuma relação com o Programa Pontos de Memória.

Ao aprofundar a interação com o administrador da página, Avelino Regicida, do Centro de Memória da Brasilândia, houve a explicação acerca do histórico de iniciativas semelhantes ao Centro de Memória no bairro. Segundo informado, em mais de um momento, foram criados espaços de memória da comunidade no bairro, como o Museu Social da Brasilândia (Ponto de Memória) e o Esquina de Memória, existente até pouco tempo atrás, mas que não tem mais espaço físico devido a dificuldades de manutenção. Foi o projeto Esquina de Memória que originou a página no Facebook e o Centro de Memória da Brasilândia, não o Museu Social da Brasilândia (Ponto de Memória).[36]

Figura 14: Imagem do Folder da Exposição Brasilândia suas Vilas e Jardins.

Fonte: Printscreen do folder disponibilizado no site MobilizadorBR, 2015

[36] Avelino Regicida, em correspondência por e-mail dia 25 de março de 2015

2.1.11Comunidade do Coque

O Coque é uma comunidade de baixa renda da cidade do Recife, a cerca de 2,5 quilômetros do centro, situada entre os bairros de São José e Afogados.
O bairro configura uma favela localizada na Ilha Joana Bezerra. O censo de 2000 elaborado pelo IBGE indicou uma população de cerca de 13 mil habitantes. No entanto, levantamentos realizados pela Empresa de Urbanização do Recife, no mesmo ano, apontaram uma população de aproximadamente 40 mil pessoas, distribuídas em 134 hectares.

Sobre o Ponto de Memória do Coque, encontrado algumas vezes com o nome de Museu do Mangue do Coque[37] possui poucas informações disponíveis. As poucas informações que se encontra datam 2013, tendo como único canal a sessão de notícias do site do IBRAM.

Possui um blog com pouquíssimas informações cuja primeira postagem data de agosto de 2013 e a última de outubro de 2013, como pode ser visto na figura 15:

Figura 15: Blog do Museu Mangue do Coque (Ponto de Memória do Coque).

Fonte: Printscreen do Blog do Museu Mangue do Coque (Ponto de Memória do Coque), 2015

Há também um perfil pessoal de um espaço chamado Museu Mangue do Coque, desatualizado desde 2013, conforme pode ser visto na figura 16 abaixo:

[37] Como sugere o nome do Blog do Ponto de Memória do Coque

Figura 16: Perfil do Museu Mangue do Coque(Ponto de Memória do Coque).

Fonte: Printscreen do perfil Museu Mangue do Coque (Ponto de Memória do Coque), 2015.

A página do Museu do Mangue do Coque foi acessada através de contatos realizados com outras duas páginas do Facebook relacionadas ao bairro do Coque. A primeira, "Comunidade do Coque", administrada por Luiza Pereira. Esta relatou seu desconhecimento acerca do Ponto de Memória Museu do Mangue do Coque, e acrescentou que o único Ponto de Memória que conhecia no bairro era um denominado (R) Existir Coque, mas que há alguns anos não ouvia mais sobre ele. Informou também, que talvez uma ONG do bairro relacionada projetos de cultura e educação, poderia, provavelmente, informar sobre o Museu do Mangue do Coque.[38] Contatou-se, assim, a segunda página relacionada ao bairro: "ONG NEMIFA" (Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis: Amor - Liberdade – Compaixão), administrada por Elaine Camargo. Esta informou que, apesar de conhecerem o projeto do Governo Federal e terem realizado um primeiro contato com vistas a criação de um Ponto de Memória, projeto que abandonaram, não haviam se envolvido na criação do Museu do Mangue do Coque e que foi outro grupo comunitário do bairro, e enviou o contato do Museu Mangue do Coque através desse perfil exposto na figura anterior, que está inativo.[39]

[38] Luiza Pereira, por correspondência online via Facebook, em 14 de fevereiro de 2015.
[39] Elaine Camargo, representante da ONG NEIMFA por correspondência online via Facebook, 24 de fevereiro de 2015.

2.1.12 Comunidade de Jacintinho

Localizada em Maceió, Alagoas, o bairro de Jacintinho é considerado o mais populoso de Maceió, tendo, segundo o censo de 2010 cerca de 87 mil habitantes.

Segundo o site do IBRAM, o processo para a implantação do Ponto de Memória do Jacintinho iniciou-se em 2010. (BRASIL, MINISTÈRIO DA CULTURA, IBRAM, 2010, sn)

Buscou-se, como em todos os doze Pontos de Memória iniciais, o maior número de informações possíveis sobre o projeto do bairro, porém sobre o Ponto de Memória da comunidade de Jacintinho há poucas informações acessíveis, sendo a maior parte relacionadas a notícias que datam entre 2011 e 2013, impossibilitando conhecer exatamente como é seu funcionamento e a repercussão de suas ações de extroversão atualmente.

Uma reportagem do site de notícias alagoano Graciliano online a respeito do bairro traz as seguintes informações, que permitem, mesmo que superficialmente, um acompanhamento do processo de criação do Ponto de Memória do Jacintinho. Observou-se que quando o IBRAM sugeriu a criação do espaço houve uma contraproposta, de que o mais interessante seria não ser um museu exclusivamente do bairro, mas sim de toda a região periférica de Maceió, e que dessa forma englobaria comunidades localizadas na Zona Sul (Trapiche, Bom Parto, Vergel e redondezas), na Vila Emater II, na Vila dos Pescadores de Jaraguá, no Jacintinho e nas regiões que compõem o recorte do HipHop (Tabuleiro e proximidades):

> A primeira coisa que a gente definiu foi que não dava pra se falar somente sobre a formação do bairro do Jacintinho, mesmo sendo esta proposta inicial", explicou a também consultora do projeto em Maceió Viviane Rodrigues, "pois nós temos vários parceiros que trabalham em outros bairros periféricos e seria interessante essa memória está inserida. (...) Dos doze Pontos, somos o único que trabalha com a memória de mais de um bairro. (Graciliano Online, 2014, sn)

A primeira etapa do projeto do Ponto de Memória do Jacintinho, conhecido como Museu de Cultura Periférica, baseou-se em entrevistas com moradores, ação intitulada Chá de Memória.[40]

[40] Para maiores informações há uma reportagem interessante no seguinte site: <http://graciliano.tnh1.com.br/2014/09/03/somos-todos-periferia/>

Como forma de extroversão dessas atividades algumas exposições foram elaboradas, a partir da pesquisa realizada observou-se uma denominada “Memória que o Vento não Levou” de 2011.

Todas as notícias encontradas relacionadas ao Ponto de Memória de Jacintinho, o Museu de Cultura Periférica, bem como o blog do Museu são relacionados a uma pessoa: Viviane Rodrigues, representante do Museu de Cultura Periférica.[41]

O citado Blog de Viviane Rodrigues acerca do Museu de Cultura Periférica encontra-se desatualizado, sendo a última postagem de fevereiro de 2014, como pode ser observado na figura 17:

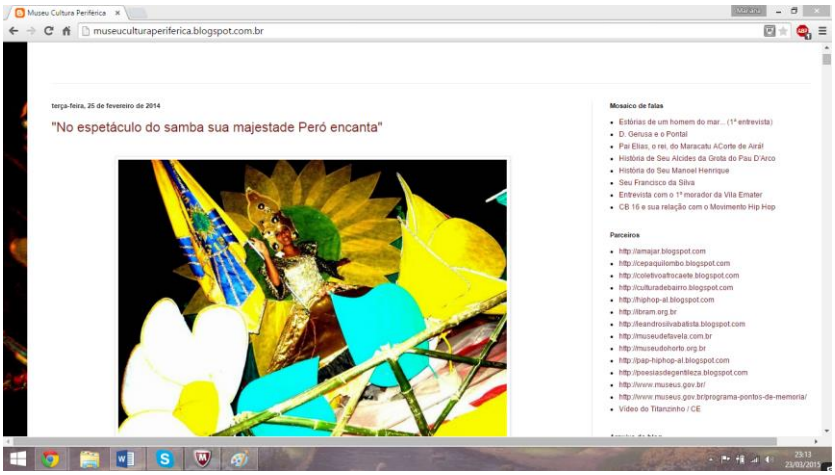


Figura 17: Blog Museu de Cultura Periférica.

Fonte: Printscreen do Blog do Museu de Cultura Periférica, 2015

2.2 Pontos de Memória e Museus Comunitários

De todos os doze Pontos de Memória iniciais dos quais se obteve acesso à informação, observou-se que os seguintes espaços de memória se denominam museus comunitários (conforme Figura 18 abaixo): Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro, Museu de Favela, Museu de Periferia, Ponto de Memória da Grande Bom Jardim e Ponto de Memória da Grande São Pedro, e Ponto de Memória do Taquaril. Essa afirmação provém de seus nomes como no caso do Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro, e/ou de afirmações de seus atuais gestores, como o caso do Museu de Periferia, Museu de Favela, Ponto de Memória da Grande São Pedro, Grande Bom Jardim e Ponto de

[41] Para enriquecer a pesquisa, foi realizado um contato com ela, entretanto não se obteve uma resposta favorável quanto ao compartilhamento de possíveis informações sobre o Museu de Cultura Periférica.

Memória do Taquaril.

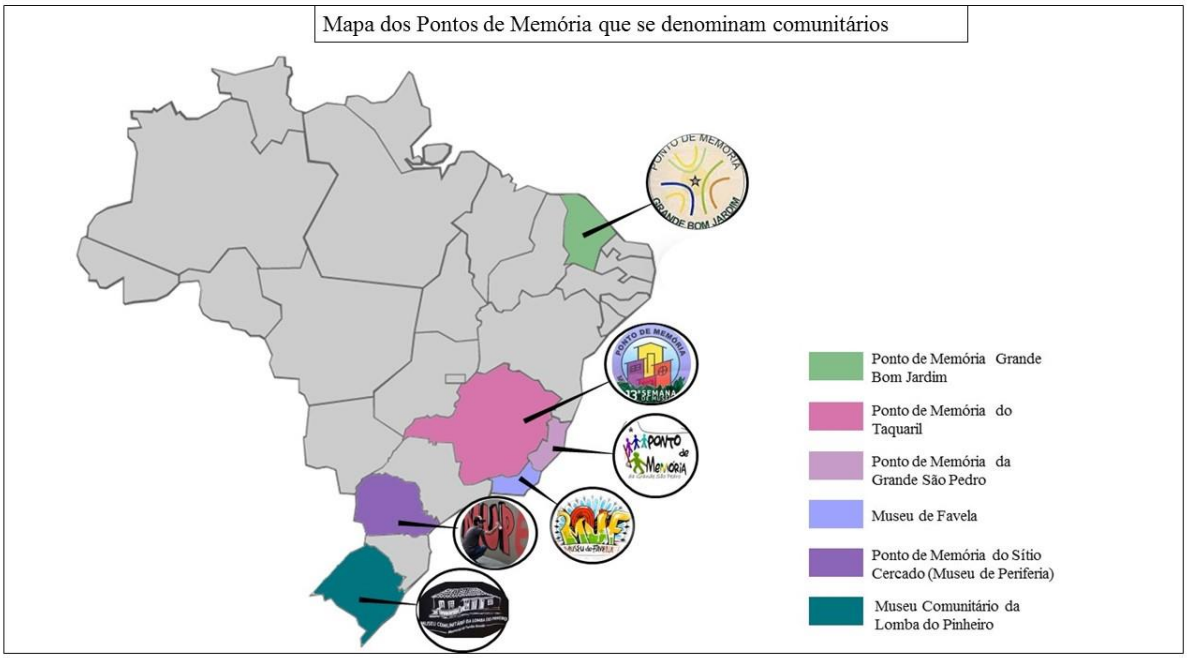


Figura 18: Mapa dos Pontos de Memória que se denominam museus comunitários.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que, dentre todos os doze Pontos de Memória Iniciais, apenas dois existiam antes da visita do MinC e do IBRAM, ou seja, na grande maioria deles foi esse incentivo externo que fomentou a criação do Ponto de Memória, conforme demonstra o gráfico 1 abaixo:

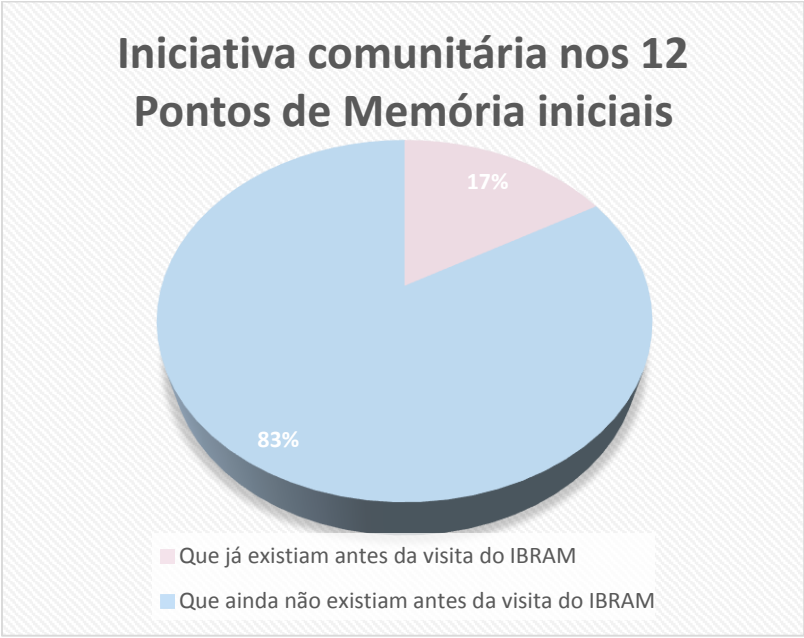


Figura 19: Gráfico 1: Iniciativa Comunitária nos 12 Pontos de Memória.

Fonte: Elaborado pelo Autor

Observou-se, também, através da coleta de dados, que, daqueles cujas informações foram encontradas, seis se denominam comunitários, conforme o gráfico abaixo:

Figura 20: Gráfico 2: Pontos de Memória que se denominam museus comunitários.

Fonte: Elaborado pelo autor

Assim, faz-se necessário concentrar este capítulo para trabalhar criticamente todas as informações encontradas sobre os museus que se denominam comunitários, e refletir acerca dessa autoafirmação levando em conta todos os dados coletados bem como o conceito de comunidade e de museu comunitário observados no primeiro capítulo do presente trabalho.

Observou-se, pela análise dos discursos dos Pontos de Memória e do IBRAM, um protagonismo para a implementação destes espaços, na maior parte das vezes, externo ao museu e à comunidade. Partindo do IBRAM, este aspecto evidencia-se através de afirmações como

> O Ponto de Memória da Grande São Pedro teve seu início em Dezembro de 2009, quando uma equipe de 06 (seis) lideranças da região de São Pedro foi convidada pelo Ibram- Instituto Brasileiro de Museus- a conhecer o Programa Pontos de Memória, elaborado pelo Ministério da Cultura, dentro do Projeto PRONASCI, criado para atuar em 12 (doze) regiões metropolitanas do Brasil, denominados Territórios de Paz. Foram locais selecionados pelo Governo Federal onde os índices de

> criminalidades e de desenvolvimento social e humano eram mais críticos. (PMGSP, 2013, sn)

E

> A ideia de ponto de memória surgiu como uma iniciativa do MinC (..) com o objetivo de contribuir para que a sociedade conquiste espaços, troque experiências e desenvolva ações de incentivo à cultura e à realidade, de forma proativa. (PMT, 2012, sn)

É importante observar até que ponto isso é apenas um incentivo, pois como foi observado no ítem 2.1, o Ponto de Memória do Beiru recebeu um indivíduo externo, um consultor, cuja função era auxiliar na elaboração de projetos, que são enviados e aprovados pelo MinC/IBRAM e EOI para que a liberação da verba seja aprovada para que resulte em um produto final do Ponto de Memória. A presença desse indivíduo externo, do IBRAM, que apoia e assessora o Ponto de Memória é notória em todos os casos estudados, pois como observado no gráfico 1, apenas dois Pontos de Memória surgiram a partir de iniciativas anteriores ao Programa Pontos de Memória. Esse fato, é justificado no PRODOC do Projeto do PPM, mas é um fator decisivo para observar a organização e a autogestão (ou não) do Ponto de Memória.

Por vezes, esse auxilio externo, conhecido como facilitação[42], acaba por mais distanciar do que aproximar o espaço de memória da comunidade. Para que isso não ocorra, Patrícia Berg, colaboradora da Rede de Museus Comunitários das Américas, sugere que o facilitador deva fornecer ferramentas (recolher demandas, sintetizá-las, auxiliar em sua aplicação) para a comunidade que possua o desejo da construção de um museu[43]. Caso ocorra o contrário e todas as ideias e decisões passem a ser tomadas por apenas uma pessoa ou um pequeno grupo, provavelmente o espaço de memória se aproximará mais daqueles museus conhecidos como tradicionais. E, tendo em vista que alguns dos Pontos de Memória estudados se denominam museus comunitários, e são o foco de concentração deste trabalho, tem-se que, segundo Odalice Priosti, coordenadora da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários que " o que faz o museu comunitário ser um organismo vivo é a participação direta dos membros da comunidade na concepção e gestão do museu. ".[44]

---

[42] Adota-se nesse trabalho o termo "facilitador" e "facilitação" no sentido amplamente utilizado na sociomuseologia: facilitadores que transmitam técnicas e métodos participativos para a criação e desenvolvimento de espaços sociomuseológicos (Priosti, 2010)

[43] Patrícia Berg, colaboradora da Rede de Museus Comunitários das Américas, por e-mail, 16 de junho de 2013.

[44] Odalice Priosti, diretora da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários, por e-mail, 18 de maio de 2013.

Posto esse raciocínio, se não são as comunidades onde estes Pontos de Memória se localizam a protagonizarem a criação do espaço, e se tampouco são elas protagonistas das ações desenvolvidas, participando do processo completo de criação, desenvolvimento e gestão do Ponto de Memória, o quão sociomuseológicos, e principalmente o quão museus comunitários são esses espaços? Afinal, há desta forma, uma descaracterização do conceito de museu comunitário.

Outro fator interessante que foi observado a partir dos relatos de moradores dos bairros e comunidades que se inserem os Pontos de Memória, é a falta de conhecimento deles sobre a existência desses espaços, ou mesmo a falta de interesse daqueles que os conheciam, conforme observado no capítulo anterior. Isso demonstra que há apenas uma pequena parte da comunidade envolvida nesses projetos.

Observa-se também, conforme exposto no item 1 deste capítulo, a presença constante de instituições de ensino e pesquisa, como universidades ou museus maiores por trás do funcionamento dos Pontos de Memória, tendo parte do seu trabalho sendo avaliado e "qualificado" através do auxílio técnico dessas instituições, seja através de trabalhos de extensão, seja através do voluntariado.

Retomando o conceito de museu comunitário observado no capítulo 1, tem-se: ferramenta de desenvolvimento, construída através dos desejos da comunidade, com a participação e envolvimento de todos os participantes em todos os processos do museu, que provoque uma mudança no espaço em que se situa e na própria imagem que a comunidade constrói de si, melhorando sua autoestima e seu reconhecimento, um espaço em constante transformação para sempre se manter vivo e representativo. Cabe-se questionar sobre seu "espírito de comunidade", ou seja, o quão comunitários ou inseridos nas comunidades são esses espaços que se denominam museus comunitários.

Outro fator determinante sobre o papel do Programa Pontos de Memória nas comunidades, relaciona-se à publicidade e visibilidade que a parceria IBRAM- EOI fornece para as comunidades, com a possibilidade de divulgação de notícias sobre os espaços no site do IBRAM. Isso pode ser notado na fala de colaboradores e gestores e na pesquisa realizada e acerca de notícias dos espaços, que, muitas vezes, resume-se àquelas publicadas pelo IBRAM.

Assim, ressalta-se que, apesar de ser um aspecto importante, pois além da visibilidade traz o reconhecimento governamental destes espaços, não deveria ser aquele de maior importância na parceria, afinal, dentre os principais objetivos do Programa Pontos de Memória, incluem-se o auxílio e incentivo a iniciativas sociomuseológicas, e

como pôde ser observado nos estudos de caso durante todo o capítulo 2 desta monografia, isso não tem ocorrido com grande eficiência, afinal, muitos projetos, espaços e iniciativas foram interrompidos ao longo desses seis anos.

3. Considerações Finais

Este trabalho buscou realizar uma análise crítica acerca do Programa Pontos de Memória através do estudo dos doze Pontos de Memória iniciais para compreender sua relação empírica com os museus comunitários. A partir destas observações notou-se que as relações entre os Pontos de Memória que se autodenominam museus comunitários e o Programa promovem um aumento expressivo na visibilidade dos espaços e o reconhecimento institucional governamental, observou-se também, que em grande medida há um protagonismo partindo do governo e não das comunidades para a criação e incentivo destes espaços, pois, com exceção ao Museu de Favela e o Museu comunitário da Lomba do Pinheiro que já existiam antes da criação do Programa Pontos de Memória, todas as outras dez iniciativas surgiram a partir de iniciativa externa a comunidade.

A partir dos objetivos norteadores do trabalho, procurou-se também compreender se o PPM consegue realmente incentivar e auxiliar a manutenção de projetos de museus comunitários e quais ferramentas disponibiliza para tanto. Tendo como base os critérios de alcance e influência que estes espaços exercem nas comunidades em que se inserem; as ações desenvolvidas e o conhecimento da população local sobre elas e sobre os próprios Pontos de Memória; a longevidade destes espaços; a facilidade em contatá-los e receber informações acerca dos espaços, notou-se que o Programa Pontos de Memória não teve muito sucesso em seus objetivos. Incentivou a criação de espaços, mas na maioria dos casos não proporcionou condições para a continuidade das ações realizadas nos espaços mesmo, ocasionando, em vários casos, o completo encerramento das atividades, e como observado no estudo em questão apenas quatro destas doze iniciativas pioneiras estão em plena atividade, e uma delas desvinculada do programa há 5 anos. Observou-se também, através do contato com moradores dos bairros e comunidades nas quais os Pontos de Memória se inserem, contatos estes realizados, através e-mail e páginas do Facebook de ONGs, perfis pessoais, páginas e grupos relacionados as comunidades, ou seja, pessoas que se interessam de uma forma ou de outra pelo bairro, a grande maioria nunca havia sequer ouvido falar de Pontos de Memória ou Museus no bairro. Quanto a facilidade de contato com estes Pontos de Memória, aqueles que estão ativos em seus canais de comunicação online, demonstraram que realmente estão em

pleno funcionamento. Os que possuem páginas, blogs, sites e telefones desatualizados em alguns casos foi possível contatar através de contatos pessoais com gestores cujos nomes constavam em notícias, em alguns casos o acesso aos espaços foi impossível apesar das muitas tentativas feitas.

Outro objetivo deste trabalho relacionou-se a compreensão destes espaços, se eles perdem ou não sua natureza de transformação e processo contínuo intrínseca ao conceito de museu comunitário: "ferramenta de desenvolvimento, construída através dos desejos da comunidade, com a participação e envolvimento de todos os participantes em todos os processos do museu, representativo, que provoque uma mudança no espaço em que se situa e na própria imagem que a comunidade constrói de si, melhorando sua autoestima e seu reconhecimento, um espaço em constante transformação para sempre se manter vivo e representativo" [45], quando inseridos em programas de incentivo cultural. Observou-se que em muitos casos a iniciativa sequer partiu da comunidade, havendo uma forte intervenção externa em todos os processos, seja através de colaboradores para auxiliar na elaboração dos projetos, como todos os Pontos de Memória pioneiros criados pela iniciativa do IBRAM, seja com o auxílio técnico sendo realizado praticamente de forma completa por agentes de universidades, como o Museu de Periferia, o Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro, o Museu de Favela, ou outras instituições, como o caso do Museu Paraense Emílio Goeldi e o Ponto de Memória de Terra firme, ou mesmo quando apenas um pequeno grupo comunitário toma o museu como sua propriedade, como observado no Ponto de Memória do Taquaril, no Ponto de Memória da Grande São Pedro e no Museu de Cultura Periférica, onde só se obteve contato e acesso através de uma única pessoa que responde em nome do espaço.

Outros aspectos importantes que compõe esse estudo, incluem questões relacionadas a própria sustentabilidade institucional desses espaços, buscando pensar se a estratégia de financiamento, adotada pelo Programa, ou seja, a premiação desses espaços de memória com valores fixos de R$ 30.000 é realmente interessante para a manutenção e incentivo de museus comunitários. Neste ponto, observou-se que apesar de se conhecer a dificuldade em alcançar a sustentabilidade institucional, que este valor não possibilita a continuidade de processos iniciados (como muito bem colocado por Rita

[45] Este conceito, aqui citado, é um dentre muitos dos encontrados. Ele foi adotado para este estudo por se tratar de um conceito elaborado através das ideias presentes e conciliadas nos pensamentos de diversos autores do tema. Ele será estudado e aprofundado amplamente durante o primeiro capítulo deste trabalho.

Santos, do Museu de Favela) tampouco consegue oferecer uma base para o desenvolvimento financeiro sustentável desses espaços. Apesar de um tanto quanto utópico, e deste trabalho não trazer soluções nem caminhos para tanto, ainda acredita-se que a única forma de um espaço poder surgir através da iniciativa comunitária e manter seu caráter comunitário, é se os projetos elaborados internamente pela comunidade de forma a valorizar as riquezas locais, bem como a mão de obra da comunidade, possibilitem a sustentabilidade institucional, pois infelizmente com a intervenção externa à comunidade, muitos destes espaços acabam descaracterizados, fazendo, realmente com que se resulte em pelo menos uma das situações expostas por Scheiner e Brulon Soares, ou seja, passaram e/ou passam por pelo menos uma destas situações: se institucionalizam, assemelhando-se cada vez mais aos museus tradicionais, onde em grande parte das vezes um indivíduo assume a liderança em nome da comunidade.; se compartimentam, fazendo um discurso destoante da ação, fala-se de museus comunitário, mas ao mesmo tempo as ações e mesmo a criação dos museus não resultaram de uma iniciativa da comunidade, e muitas vezes recebem auxílios de outras instituições e do Governo para existirem. Fala-se em museu comunitário, mas muitas vezes a comunidade desconhece da sua existência; poder-se-ia resumir todos esses processos comentados a apenas um, a autofagocitação, onde há, de uma forma ou de outra, a canibalização do conceito de museu comunitário (SCHEINER, BRULON SOARES, 2009, p.3)

Apesar dos resultados alcançados, é necessário salientar que este trabalho se manteve, em grande parte, no plano do teórico, por isto, cita-se na introdução que a principal metodologia adotada é a da análise de discursos. Contou-se, claro, conforme observado, com o auxílio de uma metodologia teórico-prática através das entrevistas e conversas formais e informais realizadas com membros dos Pontos de Memória, e moradores dos bairros e comunidades onde localizam-se os espaços estudados, portanto para pesquisas futuras sobre o tema sugere-se que estas visitas de campo sejam realizadas, pois apenas assim será possível saber de forma aprofundada acerca de cada situação de cada um deles. Por fim cabe destacar que outras pesquisas acerca da temática seriam importantes tendo em vista a importância da avaliação de políticas públicas voltadas para ações sociomuseológica e a falta de estudos acadêmicos sobre o Programa Pontos de Memória.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, R; LEITE JR. D. Terra Firme, um quilombo urbano em Belém. *Carta Maior.* 03 jun. 2010. Disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Terra-Firme-um-quilombo-urbano-em-Belem/5/25093> acesso em 15 dez. 2014.

ALUNOS atuam na criação de biblioteca no Ponto de Memória da Estrutural. *Jornal Online da UnB.* Brasília, ago. 2012. Disponível em: <http://campus.fac.unb.br/arquivo/universidade/item/3339-alunos-atuam-na-cria%C3%A7%C3%A3o-de-biblioteca-na-estrutural> acesso em 13 de novembro de 2014.

BARTLE, Phill. O QUE É COMUNIDADE? Uma Perspectiva Sociológica. Trad. FERNANDES, SOPHIA FERREIRA. 2011. Disponível em: <http://cec.vcn.bc.ca/mpfc/whatcomp.htm>. Acesso em 12 de junho de 2014.

BATISTA, L. Ponto de Memória da Brasilândia Realiza. *Mobilizador br.*10 mai. 2010. Disponível em <http://leandrosilvabatista.blogspot.com.br/2011/05/ponto-de-memoria-da-brasilandia-realiza.html> 12 jan. 2015

BATISTA, L. Ponto de Memória da Brasilândia Realiza. *Mobilizador br.* 03 abr. 2010. Disponível em <http://leandrosilvabatista.blogspot.com.br/2011/04/ponto-de-memoria-da-brasilandia-realiza.html> acesso em 12 jan. 2015.

BOLÁN, Eduardo Nivón. *La política cultural:* Temas, problemas y oportunidades. Cidade do México, Conacult, 2006.

BRASIL, Ministério da Cultura, IBRAM. Disponível em <http://www.museus.gov.br> acesso em 10 fev. 2015.

BRASIL, Ministério da Cultura. IBRAM. *Edital do Programa Pontos de Memória de 2014.* 2014, disponível em <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/Edital_PremioPontosdeMemoria_2014.pdf> acesso em 10 jul.2014.

BRASIL. Ministério da Cultura, IBRAM. *Carta de Belém-PA.* 2014. Disponível em <http://fnm.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/Carta_Belem_PNEM_6FNM.pdf>.Acesso em 20 nov. 2014.

BRULON SOARES, B. C. ; SCHEINER, T. C. M. . A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios comuns : um ensaio sobre a casa.. *In: X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 2009, João Pessoa. E-book do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. João Pessoa: Idéia, 2009. v. 10.

CALABRE, L. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. *III Enecult*, n. 3, p. 1–18, 2007.

CARVALHO, Ione. Os museus didático-comunitários: fortalecimento da identidade cultural e sua função social hoje. *In: Interdisciplinary and Complementarity in Museum Education work and School Programmes*. Conpenhagen:UNESCO/ICOM, 1999. 19 p.5

CASSINA, Eduardo Giménez. Who am I? An identity crisis Identity in the new museologies and the role of the museum professional. Sociomuseology III- *Cadernos de Sociomuseologia* Vol. 37-2010

CASTRO, J. R. B. Cultura, manifestações culturais e espaço urbano na contemporaneidade: uma breve leitura a partir da configuração espacial e das festas populares. *Revista Textura*, Cruz das Almas-BA, ano 1, n.º 2, p. 51-59, Novembro, 2006. Disponível em < http://www.famam.com.br/ArquivosDownloads/RevistaTextura/02-Revista-Textura-Ano1-Dez2006.pdf#page=47> acesso em 11 jan. 2015.

CATA AÇÃO. Contextualização e argumentos sobre o bairro de Terra Firme. Belém. 2010.Disponível em: <http://www.cataacao.org.br/wp-content/uploads/2010/11/Diagn%C3%B3stico_A_Contextualiza%C3%A7%C3%A3o_18112010.pdf> acesso em 13 dez. 2014.

COMUNIDADE do beiru vai criar museu. *Soterropolitanos Cabula.* Salvador, 22 abr. 2010. Disponível em: <https://soteropolitanosdocabula.wordpress.com/2010/04/22/beiru-museu/> acesso em 15 fev. 2015.

CONSTANCIA, Medeiros João Paulo. A Evolução De Conceitos Entre As Declarações de Santiago e de Caracas . *Cadernos de museologia*. 1993

CORTÉS, 2001. Disponível em <http://rehue.csociales.uchile.cl/antropologia/congreso/s1101.html> acesso em 03 de janeiro de 2014.

CURY, M. X. . Novas Perspectivas para a Comunicação Museológica e os Desafios da Pesquisa de Recepção em Museus. Texto publicado nas atas do *I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*, Volume 1, pp. 269-279, 2008.

DESVALLES, A; MAIRESSE, F. Conceitos-chave de Museologia. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DIGÁSPERI, LIVALDO. [Correspondência por e-mail] 15 de dez. 2014, Vitória [para] SILVA, MARIANA. Pelotas. Informações sobre o Ponto de Memória da Grande São Pedro.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda Inovadora. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST* - vol. 6 no 1 – 2013. Disponível em <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/248/239> acesso em 7 dez. 2014.

FERREIRA, A. B. H. Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa. 5. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003

FREY, K. Políticas Públicas : Um Debate Conceitual E Reflexões. *Planejamento e Políticas Públicas*, v. 21, p. 211 – 259, 2000.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO MATOS. Beiru/Tancredo Neves. *Cultura todo dia.* Salvador, sa. Disponível em <http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=4&cod_polo=58> acesso em 17 mar. 2015

GOHN, Maria Glória. Empoderamento e Participação da comunidade em políticas públicas.. *Saúde e Sociedade*, v 13, n 2, p.20-31, 2004.

GRIÃO, I. Bairros buscam resgate da história. *Diário do Nordeste.* Fortaleza, 07 abr. 2013. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/pontos-de-memoria-de-maceio-e-belo-horizonte-fazem-suas-primeiras-exposicoes/> acesso em 17 mar. 2015

HISTÓRIA da Vila e do Lixão da Estrutural. *Jornal da Estrutural*. Brasília, dez. 2010. Disponível em: <http://www.webnode.pthttp://jornaldaestrutural.webnode.com.br/news/historia%20da%20vila%20e%20do%20lix%C3%A3o%20da%20estrutural/> acesso dia 10 de novembro de 2014

LERSH, Teresa Morales; OCAMPO. O Conceito de Museu Comunitário : História Vivida ou Memória para transformar a história. *In Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas*, Kansas, Missouri, 6-10 octubre, 2004.

MOCELLIM, Alan Delazer.A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. PLURAL, *Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 17, n. 2, pp.105 -125, 2011

MONTEIRO, P. M. Diferentes olhares acerca dos museus comunitários. *In Painel Ações Cooperativas do I Encontro Paulista de Questões Indígenas e Museus*, 3., 2012, São Paulo. Anais... Disponível em <http://www.forumpermanente.org/revista> Acesso em 22 de janeiro de 2013.

MOUTINHO, M. Definição evolutiva de sociomuseologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, V. 28, n 28, p. 1–6, 2007.

MUSEU COMUNITÁRIO DA LOMBA DO PINHEIRO. (Porto Alegre, RS). Disponível em <http://www.museu-goeldi.br/portal/> acesso em 15 fev. 2015.

MUSEU CULTURA PERIFÉRICA (Maceió, AL). Disponível em <http://museuculturaperiferica.blogspot.com.br/> acesso em 20 mar. 2015.

MUSEU DE FAVELA. (Rio de Janeiro, RJ). Disponível em < http://www.museudefavela.org/> acesso em 02 fev. 2015.

MUSEU DE PERIFERIA. (Curitiba, RN). Disponível em <http://mupesitiocercado.blogspot.com.br//> acesso em 20 jan. 2015.

MUSEU MANGUE DO COQUE. (Recife, PE). Disponível em <http://museumanguedocoque.blogspot.com.br/>

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. (Belém, PA). Disponível em <http://www.museu-goeldi.br/portal/> acesso em 15 fev. 2015.

OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. O Patrimônio Total: dos Museus Comunitários aos Ecomuseus. *Revista Museu*, 2007. Disponível em <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=12673> acesso dia 09 de setembro de 2013

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Disponível em <http://www.oei.org.br/> acesso em 9 set. 2014.

PONTO DE MEMÓRIA DA GRANDE SÃO PEDRO (Vitória, ES). Disponível em <http://www.pmgsp.com/#!donate/c1avz> acesso em 13 jan. 2015.

PONTO DE MEMÓRIA ESTRUTURAL. (Brasília, DF). Disponível em <http://memoriaestrutural.blogspot.com.br/> acesso em 16 fev. 2015.

PONTO DE MEMÓRIA GRANDE BOM JARDIM Disponível em <https://www.facebook.com/pages/Ponto-de-Mem%C3%B3ria-do-Grande-Bom-Jardim/491186147626192?fref=ts //> acesso em 27 jan. 2015.

PONTO DE MEMÓRIA TAQUARIL Disponível em < https://www.facebook.com/pontodememoriataquaril.museu?fref=ts> acesso em 20 jan. 2015.

POSSAMAI, Zita Rosane. *O Museu E As Transformações Sociais: Considerações Sobre Um Projeto De Ação Afirmativa***.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10380.pdf>. Acesso em 12 de dezembro de 2013.

PRIMO, Judite Santos. Pensar contemporaneamente a museologia. Cadernos de Sociomuseologia nº16 1999

QUEROL, L. S. Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado. , p. 1–24, 2003. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_Para\numa\ngramtica\nmuseolgica.\nRev.\nde\nSociologia.\nLSQ.pdf>.

RIBEIRO, F. Somos todos Periferia. *Graciliano online.* Maceió, 3 set. 2014. Disponível em <http://graciliano.tnh1.com.br/2014/09/03/somos-todos-periferia/> acesso em 20 mar. 2015.

RODRIGUES. V. Ponto de Memória do Jacintinho realiza seu 1º Chá de Memória. *Corija SindJornal.* Maceió, 24 fev. 2012. Disponível em <http://cojira-al.blogspot.com.br/2012/02/ponto-de-memoria-do-jacintinho-realiza.html> acesso em 20 mar. 2015

SÃO PAULO (cidade), Prefeitura Municipal, Subprefeituras. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/freguesia_brasilandia/historico/index.php?p=142> acesso em 10 jan. 2015.

VARINE, Hugues de. **"**O Museu Comunitário É Herético? Inquietações Amplamente Compartilhadas." *Interactions Online.* 2005. Trad. OMP. Disponível em <http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=9> acesso em 17 abr. 2014

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. *O Museu Comunitário Da Vila Velha De Vinhais*. 2012. Disponível em < http://cev.org.br/comunidade/maranhao/debate/o-museu-comunitario-vila-velha-vinhais-1/> acesso em 14 de maio de 2014.

VIANA. B. Memória e Transformação. *Blog Acesso.* Fortaleza. mai. 2013. Disponível em <http://www.blogacesso.com.br/?p=5928> acesso em 15 jan. 2015

VITÓRIA. Prefeitura Municipal. *História dos Bairros.* Disponível em <http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/bairros/regiao7/saopedro.asp> acesso em 10 jan. 2015.

Fontes Orais:

ALVES, PAULO. [Correspondência por mensagem] 17 de dez. 2014, Curitiba [para] SILVA, MARIANA. Pelotas. Informações sobre o Museu de Periferia

BERG, PATRÍCIA. [Correspondência por e-mail] 16 de jun. 2013, Porto Alegre [para] SILVA, MARIANA. Pelotas. O papel do facilitador

CAMARGO, ELAINE. [Correspondência por mensagem] 14 de fev. 2015, Recife [para] SILVA, MARIANA. Pelotas. ONG NEIMFA sobre o Ponto de Memória do Coque.

MORAES, MANUELA. [Correspondência por e-mail] 10 de mar. 2015, Porto Alegre [para] SILVA, MARIANA. Pelotas. Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro.

OLIVEIRA, WENDY. [Correspondência por mensagem] 13 de jan. 2015, Brasília [para] SILVA, MARIANA. Pelotas. Ponto de Memória da Estrutural em Brasília.

PEREIRA, LUIZA. [Correspondência por mensagem] 14 de fev. 2015, Recife [para] SILVA, MARIANA. Pelotas. Informações sobre o Ponto de Memória do Coque.

PRIOSTI, ODALICE. [Correspondência por mensagem] 18 de mai. 2013, Rio de Janeiro [para] SILVA, MARIANA. Pelotas. O papel do facilitador.

QUADROS, HELENA. [Correspondência por e-mail] 30 de abr. 2015, Belém [para] SILVA, MARIANA. Pelotas. Informações sobre o Ponto de Memória de Terra Firme.

REGICIDA, AVELINO. [Correspondência por e-mail] 25 de mar. 2015, São Paulo [para] SILVA, MARIANA. Pelotas. O Ponto de Memória da Brasilândia.

ROSA, CLARISSE. [Correspondência por e-mail] 08 de fev. 2015, Rio de Janeiro [para] SILVA, MARIANA. Pelotas. Informações sobre o Museu de Favela

SANTOS, RITA. [Correspondência por e-mail] 08 de fev. 2015, Rio de Janeiro [para] SILVA, MARIANA. Pelotas. Informações sobre o Museu de Favela

SCHMIDT, MARIA AUXILIADORA. [Correspondência por e-mail] 27 de mai. 2015, Curitiba [para] SILVA, MARIANA. Pelotas. Informações sobre o Museu de Periferia

SILVA, WELLINGTON. [Correspondência por e-mail] 16 de abr. 2015, Belo Horizonte [para] SILVA, MARIANA. Pelotas. Informações sobre o Ponto de Memória do Taquaril

SILVA, WELLINGTON. [Correspondência por e-mail] 16 de abr. 2015, Belo Horizonte [para] SILVA, MARIANA. Pelotas. Informações sobre o Ponto de Memória do Taquaril

Apêndices

APÊNDICE A - Questões realizadas aos moradores das comunidades

-Qual o seu nome?

- Há quanto tempo você reside no bairro?

-Você gosta de morar nele?

-O que você mais gosta do seu bairro?

-O que você menos gosta no seu bairro?

-Você conhece da existência de algum museu no seu bairro?

-Se sim, você já visitou esse museu?

- Você sente que esse museu representa você ou o bairro de alguma forma?

-Você acha que seria importante se houvesse um museu no seu bairro?

-Você sabe o que é o Programa Pontos de Memória?

-Existe alguma informação que você gostaria de acrescentar sobre o seu bairro?

APÊNDICE B – Questões sobre o Programa Pontos de Memória realizadas aos Representantes dos Pontos de Memória

- Como funcionou a criação desse espaço de memória?
-Vocês se consideram um museu comunitário?
- O espaço já existia antes de ser selecionado pelo Programa Pontos de Memória?
- Como funcionou a confecção do projeto encaminhado para concorrer ao prêmio do Programa Pontos de Memória?
- Como funciona a captação de recursos do espaço?
- Existe colaboração de Instituições de Ensino privadas ou públicas, de outros espaços de memória ou de órgãos governamentais?
- O que o Programa Pontos de Memória do Governo Federal ofereceu para o Ponto de Memória de vocês?
- Como funciona o espaço? Tem acervo físico? Se sim, o que contém no acervo? Se não, como ele funciona?
- Quais as principais mudanças que o espaço de memória trouxe para a comunidade em que se insere?
- E quais as principais mudanças que o programa Pontos de Memória trouxe para o espaço?
- Comente um ponto que considera positivo e um que considera que poderia ser aperfeiçoado no espaço de memória de vocês.
- Comente um ponto que considera positivo e um que considera que poderia ser aperfeiçoado no programa Pontos de Memória do Governo Federal.

APÊNDICE C - Questões Projeto de Extensão e MUPE

- Como surgiu o seu envolvimento, e o da Universidade de uma forma geral, com o MUPE?
-Como funcionou/funciona o projeto de extensão que a senhora coordena?
-Como você enxerga a importância desse projeto para o MUPE?
-E a importância da relação dele com a Universidade?
-Como a senhora enxerga a importância do MUPE para o bairro do Sítio Cercado?
-De acordo com a sua experiência no MUPE e no projeto, como a comunidade dos arredores se relacionam com o espaço?
-A senhora possui conhecimento sobre como surgiu o MUPE e como ele se tornou um Ponto de Memória?
-Quais pontos a senhora considera mais positivos e quais poderiam ser aperfeiçoados na experiência do MUPE e no próprio projeto de extensão?
-Existe alguma informação que a senhora considera relevante e gostaria de acrescentar?

APÊNDICE D - Questões sobre o Centro De Memória Da Brasilândia

- Qual foi o primeiro espaço de memória comunitária que houve no bairro da brasilândia?
-De onde surgiu essa iniciativa?
-Quanto tempo ela durou?
-Quais foram seus principais apoiadores?
-Como funcionava sua gestão?
-Há, no site do IBRAM a notícia sobre os 12 pontos de memória iniciais, e em São Paulo consta que houve um na Brasilândia. Vocês tem conhecimento sobre esse Ponto de Memória? Se sim, vocês poderiam falar um pouco a respeito?
- A página no facebook de vocês chama-se Centro de Memória da Brasilândia. Há um projeto para que haja um espaço físico para armazenar essas memórias do bairro?
-De toda essa trajetória do bairro que visa a valorização da memória social de vocês, quais foram os pontos positivos e os pontos que podem ser aperfeiçoados que vocês aprenderam com essas experiências?

APÊNDICE E - Questões sobre o Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro

- Como funcionou a criação do Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro?
-Porque o espaço se auto-denomina um museu comunitário?
- Tendo em vista que o Museu foi um dos 12 Pontos de Memória iniciais, como funcionou a confecção do projeto encaminhado para concorrer ao prêmio do Programa Pontos de Memória do Governo Federal?
- Como funciona/funcionava a captação de recursos do espaço?
- Existe colaboração de Instituições de Ensino privadas ou públicas, de outros espaços de memória ou de órgãos governamentais?
- O que o Programa Pontos de Memória do Governo Federal ofereceu para o Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro?
- O que compõe/compunha o acervo do Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro ?
- Como esse acervo era selecionado?
- Quais as principais mudanças que o espaço de memória trouxe para a comunidade em que se insere?
- E quais as principais mudanças que o programa Pontos de Memória trouxe para o espaço?
- Comente um ponto que considera positivo e um que considera que poderia ser aperfeiçoado no espaço de memória de vocês.
- Comente um ponto que considera positivo e um que considera que poderia ser aperfeiçoado no programa Pontos de Memória do Governo Federal.
- Há informações na página do Facebook de que o Museu pode estar fechado permanentemente. Quais são as causas que você considera terem causado esse fechamento?
- Como ele poderia ter sido evitado?